



QUEM
É
JESUS?

R. C. SPROUL

QUESTÕES
CRUCIAIS

Nº. | 1

A crown of thorns, a symbol of suffering and sacrifice, is depicted in a circular arrangement. The thorns are dark and sharp, creating a dense, circular border around the central text.

QUEM
É
JESUS?



QUESTÕES
CRUCIAIS
N.º | 1

QUEM
É
JESUS?

R. C. SPROUL





Caixa Postal 1601
CEP 12230-971
São José dos Campos-SP
PABX.: (12) 3919-9999
www.editorafiel.com.br

Quem é Jesus?

Traduzido do original em inglês

Who is Jesus?, por R. C. Sproul

Copyright © 1983, 1999, 2009 by R. C. Sproul



Publicado por Reformation Trust Publishing

a division of Ligonier Ministries

400 Technology Park, Lake Mary, FL 32746

Copyright©2011 Editora FIEL.

eBook – 1ª Edição em Português 2013



Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

Editora Fiel da Missão Evangélica Literária

PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE LIVRO POR QUAISQUER MEIOS, SEM A
PERMISSÃO ESCRITA DOS EDITORES,

SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.



Presidente: James Richard Denham III.

Presidente emérito: James Richard Denham Jr.

Editor: Tiago J. Santos Filho

Tradução: Francisco Wellington Ferreira

Revisão: Laíse Helena Oliveira

Diagramação: Rubner Durais

Capa: Gearbox Studios

Produção de Ebook: S2Books

ISBN: 978-85-8132-108-0

Sumário

[CAPA](#)

[FOLHA DE ROSTO](#)

[FICHA CATALOGRÁFICA](#)

[SUMÁRIO](#)

[UM - POR FAVOR, O JESUS REAL PODERIA LEVANTAR-SE?](#)

[DOIS - OS TÍTULOS DE JESUS](#)

[TRÊS - A VIDA DE JESUS](#)



POR FAVOR, O JESUS REAL PODERIA LEVANTAR-SE?

Há muitos retratos de Jesus nas galerias de artes deste mundo. Estes retratos são frequentemente tão conflitantes que oferecem pouca ajuda em se obter uma imagem exata de como era Jesus durante o período de sua encarnação. Esta multiplicidade de retratos corresponde à confusão ampla que existe no mundo atual sobre a identidade de Jesus.

Precisamos de Cristo – o Cristo real. Um Cristo gerado de especulação vazia ou criado para se encaixar no padrão dos filósofos não serve. Um Cristo reciclado, um Cristo de comprometimento não pode redimir ninguém. Um Cristo diluído, de glória aviltada, despojado de poder, reduzido a um símbolo ou tornado incapaz pela habilidade de eruditos não é Cristo, e sim Anticristo.

O prefixo anti pode significar “contra” ou “em lugar de”. Na linguagem, há uma pequena diferença entre essas palavras, mas, o sentido que ambas transmitem, é uma distinção sem diferença, porque suplantar o Jesus real por um substituto é agir contra Cristo. Mudar ou distorcer o Cristo real é opor-se a ele com um falso Cristo.

Nenhuma pessoa da história tem provocado tanto estudo, crítica, preconceito ou devoção como Jesus de Nazaré. A poderosa influência deste homem torna-o um alvo primordial para as flechas do criticismo e um excelente objeto de revisão, de acordo com o preconceito do intérprete.

Portanto, o retrato do Jesus histórico tem sido alterado para satisfazer as imaginações daqueles que buscam colocá-Lo ao lado deles, buscam torná-Lo um aliado nas inúmeras causas em que militam, muitas das quais são mutuamente

exclusivas. No laboratório dos teólogos, Jesus é tratado como um camaleão. Ele é forçado a se adaptar ao pano de fundo pintado pelo teólogo.

Rigorosas tentativas acadêmicas têm sido feitas para se retornar ao retrato que o Novo Testamento apresenta de Jesus, para descobrir o Jesus histórico “real”. Estas tentativas de adentrar à história, de espiar atrás do véu do suposto testemunho primitivo dos apóstolos, nos têm ensinado muito sobre o preconceito dos eruditos, mas têm acrescentado pouco ou nada ao nosso entendimento do Jesus real. O que os eruditos descobriram atrás do véu foi um Jesus criado à imagem deles mesmos, de acordo com seus próprios preconceitos. Os liberais do século XIX acharam um Jesus “liberal”; os existencialistas acharam um herói existencial; e os marxistas descobriram um revolucionário político. Os idealistas acharam um Jesus idealista, e os pragmáticos descobriram um Cristo pragmático. Investigar atrás ou além do Novo Testamento é procurar uma agulha num palheiro com velas de orgulho e preconceito.

Há, também, o Jesus “de tesoura e cola”. Ele é moldado por aqueles que buscam na Bíblia um núcleo autêntico de tradições sobre Cristo. As coisas que eles veem como extras desnecessárias, os acréscimos de mito e lenda, são cortadas pela tesoura para expor o Jesus real. Parece bastante científico, mas tudo é feito com espelhos. A arte do mágico nos deixa com o retrato de Rudolf Bultmann ou de John A. T. Robinson; e, de novo, o Jesus real é obscurecido. Por preservar uma quantidade mínima de informação do Novo Testamento, achamos que evitamos a subjetividade. No entanto, o resultado é o mesmo – um Jesus moldado pelas tendências do erudito que usa a tesoura e fica com as mãos sujas de cola.

Conta-se a história de um errante que bateu à porta de um agricultor e pediu, educadamente, um emprego como “faz-tudo”. O agricultor o colocou para trabalhar em base de prova, para avaliar a sua habilidade. A primeira tarefa era cortar lenha para a lareira, o que o estranho terminou em tempo recorde. A tarefa seguinte era arar o campo, o que ele fez em poucas horas. O agricultor ficou alegremente admirado: parecia que encontrara um Hércules moderno. A terceira tarefa era menos laboriosa. Ele levou ao celeiro o homem contratado, mostrou-lhe um monte de batatas e o instruiu a separar as batatas em duas vasilhas: as batatas de primeira qualidade deveriam ser colocadas em uma vasilha; e as inferiores, em outra. O agricultor ficou curioso quando seu trabalhador miraculoso deixou de trazer o relatório tão rápido quanto o fizera nas outras tarefas. Depois de várias horas, o agricultor foi ao celeiro para investigar. Não havia nenhuma mudança perceptível no monte de batatas. Uma vasilha continha apenas três batatas, e a outra, tinha apenas

duas. “Qual é o problema?”, perguntou o agricultor. “Por que você está indo tão devagar?” Uma expressão de derrota estava estampada na face do homem contratado, quando ele desistiu e respondeu: “Há decisões na vida que são difíceis”. O método de tesoura e cola sofre do problema de determinar de antemão o que é autêntico e o que é mito no retrato bíblico de Jesus. O que Bultmann descarta no cesto de lixo, outro erudito o colocou no cesto de fatos essenciais. O que Bultmann considera principal, outro o rejeita como inferior.

A EVIDÊNCIA É CONVINCENTE

O problema é simples. Não está no relato “inferior” dos autores do Novo Testamento ou nos “rústicos” documentos históricos que chamamos de Novo Testamento. Foi Emil Brunner, o teólogo suíço, que denunciou o liberalismo do século XIX. O veredito de Brunner era tanto simples como provocador. O problema, disse ele, é incredulidade.

Brunner não estava falando sobre a incredulidade baseada em evidência insuficiente. Rejeitar uma crença porque as evidências não apoiam as suas asseverações é uma reação sábia e honrável. De modo semelhante, crer diante de uma evidência frágil é credulidade, a marca do tolo, e não honra a Deus.

No entanto, a evidência sobre Jesus é convincente. Portanto, rejeitar crer nele é cometer um ato imoral. A incredulidade é julgada por Jesus não como um erro intelectual, e sim como um ato hostil de preconceito contra o próprio Deus. Esse tipo de incredulidade é destrutivo para a Igreja e para o povo de Deus.

Como esta incredulidade tão evidente pôde não somente atacar as Igrejas cristãs, mas também, em diversos casos, conquistar seminários e denominações inteiras? Por que as pessoas que rejeitam totalmente o retrato de Jesus apresentado no Novo Testamento simplesmente não abandonam por completo o cristianismo e deixam a Igreja para mortais menos instruídos que precisam de um Jesus imaginário como uma muleta religiosa?

O século XIX trouxe uma crise intelectual e moral para a Igreja – o surgimento da teologia liberal que rejeita categoricamente a essência sobrenatural do Novo Testamento. Essa crise, por fim, se impôs sobre questões práticas. Se os líderes de uma Igreja ou o corpo docente de um seminário despertam em certa manhã e descobrem que não creem mais no que a Bíblia ensina, quais são as opções deles?

A opção mais óbvia (e a primeira expressa por homens honráveis) é que eles declarariam a sua incredulidade e deixariam educadamente a Igreja. Entretanto, se

controlam as estruturas de poder da Igreja, eles têm questões práticas a considerar. Por vocação e treinamento, seu trabalho está vinculado à igreja. A Igreja representa um investimento financeiro de bilhões de dólares, uma instituição cultural estabelecida com milhões de membros ativos e um veículo eficiente para reforma social. Estes fatores fazem com que o declarar incredulidade ao mundo e o fechar as portas a Igreja se tornem menos atraentes. A atitude de menor resistência é redefinir o cristianismo.

Redefinir o cristianismo não é uma tarefa fácil. O cristianismo tem sido definido por dois fatores importantes: (1) a existência de um conjunto de literatura que inclui fontes primárias sobre o fundador e mestre da fé cristã, Jesus de Nazaré; (2) a existência de dois mil anos de tradição eclesiástica, que inclui pontos de discordâncias sobre assuntos específicos de debate entre as denominações, mas que revela uma admirável unidade de confissão sobre as doutrinas essenciais do cristianismo.

Redefinir o cristianismo exige que a pessoa neutralize a autoridade da Bíblia e relativize a autoridade dos credos. A luta da Igreja nos últimos 150 anos tem sido precisamente nestes dois pontos. Não é por acaso que o cerne do tumulto da controvérsia está nos seminários; e a Igreja de nossos dias tem se focalizado em questões concernentes à Bíblia e aos credos. Por quê? Não apenas por causa de palavras no papel, mas também por causa de Cristo. Para redefinir o cristianismo, a pessoa tem que banir o Cristo da Bíblia e o Cristo dos credos.

A Igreja é chamada “o corpo de Cristo”. Alguns se referem a isso como “a encarnação contínua”. A Igreja existe, certamente, para incorporar e levar avante a missão de Cristo. Por essa razão, a Igreja é inconcebível sem Cristo. Todavia, a Igreja não é Cristo. Ela é fundada por Cristo, formada por Cristo, comissionada por Cristo e capacitada por Cristo. A Igreja é governada por Cristo, santificada por Cristo e protegida por Cristo, mas não é Cristo. A Igreja pode pregar salvação e edificar os salvos, mas não pode salvar. A Igreja pode pregar, exortar, repreender e admoestar contra o pecado; ela pode proclamar o perdão do pecado e dar uma definição teológica para o pecado, mas não pode expiar o pecado.

Cipriano declarou: “Aquele que não tem a igreja como sua mãe não pode ter a Deus como seu Pai”. Precisamos da Igreja tão urgentemente como um bebê faminto precisa do leite de sua mãe. Não podemos crescer, nem ser nutridos sem a Igreja. Possuir a Cristo e desprezar a Igreja é uma contradição intolerável. Não podemos ter a Cristo sem adotarmos a Igreja. No entanto, é possível ter a Igreja sem receber a Cristo. Agostinho descreveu a Igreja como um corpus permixtum, um “corpo

misto” de joio e trigo, de crentes e incrédulos que existem lado a lado. Isso significa que a incredulidade pode ter acesso à Igreja. Contudo, a incredulidade nunca tem acesso a Cristo.

Se somos redimidos, o Cristo em que cremos, o Cristo em que confiamos, tem de ser verdadeiro. Um Cristo falso ou um Cristo substituto não pode redimir. Se acharmos improvável que o Cristo bíblico possa redimir, é ainda menos provável que o Cristo especulativo da invenção humana possa fazê-lo. Sem a Bíblia, nada podemos saber sobre o Jesus real. Em última análise, nossa fé está em pé ou cai com o Jesus bíblico. Deixe, então, de lado as teorias de inspiração da Bíblia - fazendo isso por sua conta e risco- porém, mesmo “sem” a inspiração, o Novo Testamento é “as fontes primárias” – os documentos mais antigos daqueles que conheceram a Jesus, o relato daqueles que aprenderam dele e foram testemunhas oculares de seu ministério. Eles são as fontes históricas mais objetivas que possuímos.

HOMENS QUE ESCREVERAM COM UM PROPÓSITO PREMEDITADO

Alguns opositores nesse ponto, chamam atenção ao fato óbvio de que o retrato de Jesus apresentado no Novo Testamento chega até nós pelas penas de homens tendenciosos que tinham um propósito premeditado. Os evangelhos não são história, dizem eles, mas história redentora, com ênfase nos esforços de persuadir homens a seguir a Jesus. Bem, certamente os escritores tinham um propósito premeditado, mas não era um propósito secreto. O apóstolo disse com franqueza: “Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (João 20:31).

O fato de que os escritores bíblicos eram crentes e zelosos em persuadir os outros demonstra que eram verdadeiros. Se eles fossem incrédulos, enquanto exortavam os outros a crer, seriam culpados de duplicidade. É claro que os homens podem se enganar quanto ao que proclamam, mas o fato de que eles criam em sua própria mensagem, até à morte, deve fortalecer, e não enfraquecer, a sua credibilidade.

O relato dos escritores bíblicos foi realmente um relato de história redentora. Era redentor porque eles não escreviam do ponto de vista de historiadores neutros e desinteressados. Era história porque eles insistiam em que o seu testemunho era verdadeiro.

Nesta altura, surge uma questão prática dos cétricos modernos e obstinados, que procuram desacreditar o Cristo bíblico, ao expor o Cristo dos apóstolos como uma ilusão. Eles argumentam que, se os discípulos mais íntimos de Jesus foram tendenciosos (porque eram crentes), a erudição laboriosa para descobrir o Jesus “real” não faz sentido. Se tudo que sabemos de Jesus aprendemos do testemunho dos apóstolos – se eles são a “tela” por meio da qual devemos ver a Jesus – nossos esforços são inúteis.

A resposta é que o Jesus histórico não viveu em um vácuo. Ele é conhecido, pelo menos em parte, pela maneira como transformou aqueles que estavam ao seu redor.

Quero conhecer o Jesus que mudou Mateus, transformou Pedro e converteu Saulo de Tarso na estrada de Damasco. Se estas primeiras testemunhas não podem me levar ao Jesus “real”, quem pode? Se não é por meio de amigos e pessoas amadas, como alguém pode ser conhecido?

Se os apóstolos não podem me levar a Jesus, minhas únicas opções são: escalar a fortaleza do céu por subjetivismo místico; adotar as mais velhas de todas as heresias, o gnosticismo; ou armar a minha tenda no acampamento dos cétricos que excluem a Jesus do campo da verdade significativa. Deem-me o Cristo bíblico ou deem-me nada. E façam isso logo, por favor, porque as opções nada me dão, exceto a frustração de investigação inútil.

Jesus disse: “Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? Que daria um homem em troca de sua alma?” (Marcos 8:36-37). Jesus colocou um preço elevado na alma do homem. Sou grato por isso. Gosto de pensar que minha alma tem valor e odiaria desperdiçá-la com um Cristo vazio, um Cristo de especulação subjetiva. Contudo, isto é o que fazemos quando nos comprometemos com qualquer coisa menos do que o Cristo real. Estamos brincando com almas de homens, almas pelas quais Cristo entregou Sua vida para redimir.

UM QUADRO VERDADEIRO DE JESUS

Há métodos diferentes que poderíamos usar para chegar ao nosso quadro verdadeiro de Jesus. Poderíamos examinar os credos clássicos da Igreja e obter discernimento valioso sobre a sabedoria coletiva das eras. Poderíamos restringir nosso estudo à teologia contemporânea em uma tentativa de estudar Jesus à luz de nossa própria cultura. Ou poderíamos tentar nossa sorte em nossa própria criatividade e produzir outra opinião especulativa.

Minha escolha é olharmos para Jesus como ele é apresentado no Novo Testamento. Mesmo quem rejeita o caráter revelador da Bíblia e sua inspiração divina, tem de encarar um fato inegável: quase tudo que sabemos a respeito de Jesus está registrado nas Escrituras. Os escritores do Novo Testamento são as fontes primárias de nosso conhecimento sobre Jesus. Se estas fontes são ignoradas ou rejeitadas, ficamos à mercê de especulação, somente especulação.

Ecoamos o clamor de Erasmo, “Ad fontes!” (“Às fontes!”), à medida que focalizamos nossa atenção no Novo Testamento. Não importa quais vantagens possamos ter de dois mil anos de reflexão teológica, esses anos nos afastam da reação imaculada dos contemporâneos de Jesus que o conheceram, andaram com ele, observaram-No em ação e interpretaram-No a partir da perspectiva das Escrituras do Antigo Testamento. Os escritores bíblicos são as fontes primárias; e o retrato que eles fizeram de Jesus tem de assumir a prioridade em qualquer estudo sério sobre ele. Fora dos escritores do Novo Testamento, não há mais do que três parágrafos de literatura escritos no primeiro século sobre a pessoa e a obra de Jesus.

Quando nos voltamos às fontes bíblicas, reconhecemos que qualquer tentativa de entender a Jesus tem de levar em conta os perigos impostos por nossa própria mente. Embora o Novo Testamento não seja um produto do século XXI, aqueles de nós que o leem hoje o são. Desde pequenos, cada um de nós tem sido exposto à alguma ideia sobre Jesus, ainda que não seja de nenhuma outra fonte, senão daquelas exposições simples que vemos nos presépios de Natal durante os feriados desta época. Embora não tenhamos um conhecimento exaustivo do Jesus bíblico, também não somos ignorantes a respeito dele. Toda literatura americana tem alguma informação sobre Jesus e alguma opinião sobre ele. Nossas opiniões podem ou não estar em harmonia com o retrato bíblico, mas trazemos ao texto aquelas suposições e, às vezes, criamos uma atitude de preconceito que torna difícil ouvirmos o que os contemporâneos de Jesus estavam dizendo.

Também precisamos estar cientes de que Jesus não é uma mera figura de interesse histórico que podemos estudar insensivelmente. Estamos cientes das afirmações de que Jesus é o Filho de Deus, o Salvador do mundo. Compreendemos que temos de fazer uma decisão sobre ele, a favor ou contra. Também estamos cientes de que muitos creem que essa decisão determina o destino eterno da pessoa. Sentimos que há muita coisa em jogo em nosso entendimento de Jesus e, por isso, temos de lidar com a questão não com indiferença, e sim com o entendimento de quem é Jesus. É uma questão de importância crucial para cada um de nós. Se Jesus traz ou não à

minha vida uma reivindicação absoluta, isso é algo que eu não posso ignorar inteligentemente.

Os escritores do Novo Testamento nos dão um relato de testemunhas oculares de Jesus de Nazaré. Lucas começa o seu evangelho com as seguintes palavras:

Visto que muitos houve que empreenderam uma narração coordenada dos fatos que entre nós se realizaram, conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra, igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem, para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído. (Lucas I:1-4)

Pedro acrescenta a seguinte afirmação:

Porque não vos demos a conhecer o poder e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo seguindo fábulas engenhosamente inventadas, mas nós mesmos fomos testemunhas oculares da sua majestade. (2 Pedro 1:16)

Os relatos bíblicos afirmam ser narrativas em primeira mão acerca do ministério de Jesus Cristo. Tais registros nos foram dados por homens que possuíam consciência própria e eram francamente comprometidos em seguir a Jesus. Devemos, então, considerar o testemunho daqueles que o conheciam, amavam-no e deram sua vida por ele.



OS TÍTULOS DE JESUS

Há alguns anos, um célebre professor de Novo Testamento foi convidado a palestrar numa convocação acadêmica em um grande seminário. Uma convocação em um seminário ou uma universidade é geralmente acompanhada de pompa e cerimônia. Os membros do corpo docente estão adornados com as togas e os emblemas acadêmicos, enquanto marcham em procissão para a frente do auditório; e espera-se que o palestrante convidado traga um discurso de conteúdo erudito e importante. Assim, na ocasião, quando o professor de Novo Testamento entrou no salão, houve um silêncio de expectativa, enquanto os alunos e o corpo docente esperavam com ansiedade por seus comentários. Sendo o palestrante um perito no campo da cristologia, esperava-se que ele apresentasse um discurso que revelasse suas mais recentes descobertas naquele campo.

No entanto, ele se levantou na tribuna e começou a recitar uma litania dos títulos de Jesus extraídos das Escrituras. A litania prosseguiu por vários minutos, enquanto todo o impacto dos títulos de Jesus, apresentados sem comentários, era sentido pelo auditório. O palestrante se levantou e disse de modo simples, com pausas entre os títulos: “Cristo... Senhor... Rabi... Filho do Homem... Filho de Deus... Filho de Davi... Leão de Judá... a Rosa de Sarom... a brilhante Estrela da Manhã... o Alfa e o mega... o Logos... o Advogado... o Príncipe da Paz... o Filho unigênito do Pai... o Cordeiro sem mancha...” E assim foi até que o homem recitou todos os títulos que

os escritores bíblicos deram a Jesus.

Os títulos revelam algo sobre a identidade de Jesus e nos dão uma sugestão quanto ao significado de Suas ações. Na teologia, costuma-se distinguir entre a pessoa de Cristo e a obra de Cristo. A distinção é importante, mas não deve, jamais, envolver separação. Jesus é conhecido, em parte, pelo que ele fez. Por outro lado, a importância do que ele fez é condicionada a quem ele é. Embora possamos distinguir entre Sua pessoa e Sua obra, nunca devemos isolar uma da outra. Quando consideramos os títulos atribuídos a Jesus no Novo Testamento, percebemos uma interação entre pessoa e obra.

O espaço não permite que façamos uma análise de todos os títulos atribuídos a Jesus na Bíblia. Entretanto, examinaremos brevemente aqueles que, em geral, são considerados os seus principais títulos.

O CRISTO, O MESSIAS

O título Cristo é frequentemente muito usado em conjunção com o nome de Jesus, tornando quase o seu nome. Uma pessoa não se refere normalmente a Jesus como “Jesus filho de José” ou mesmo como “Jesus de Nazaré”. Antes, considera-se “Jesus Cristo” o nome completo de Jesus. Visto que a palavra Cristo é entendida como um nome, podemos perder o seu significado total. Em verdade, Jesus é um nome, mas Cristo é um título. Este é usado no Novo Testamento mais frequentemente do que qualquer outro título dado a Jesus.

Cristo vem da palavra grega *christos*, que significa “ungido”. Corresponde à palavra hebraica traduzida por “messias”. Quando Jesus é chamado “Cristo”, ele está sendo chamado “o Messias”. Se tivéssemos de traduzir o nome e o título diretamente para o português, diríamos “Jesus Messias”. Com este título, estamos fazendo uma confissão de fé de que Jesus é o ungido esperado durante muito tempo por Israel, o Salvador que redimiria o seu povo.

No Antigo Testamento, o conceito de Messias se desenvolveu em um período de muitos anos, à medida que Deus revelava, de modo progressivo, o caráter e o papel do Messias. A palavra *messias* significava inicialmente “um ungido de Deus para uma tarefa específica”. Qualquer pessoa que fosse ungida para realizar um serviço para Deus, como um profeta, um sacerdote ou um rei, poderia ser chamada “messias” no sentido mais amplo. Devagar, por meio das declarações proféticas do Antigo Testamento, desenvolveu-se um conceito do Messias, aquele que seria o ungido unicamente de Deus para cumprir uma tarefa divina. Quando os escritores

do Novo Testamento atribuíram a Jesus o cumprimento daquelas profecias, eles fizeram uma afirmação de tremenda importância. Estavam dizendo que Jesus era aquele que “estava por vir”. Ele cumpriu todas as promessas de Deus que convergiam na pessoa do Messias.

No Antigo Testamento, o conceito do Messias não é um conceito simples; tem nuances. Há diferentes linhas de expectativa messiânica entretecidas no conteúdo desses livros antigos. À primeira vista, algumas dessas linhas parecem contraditórias. Uma das principais linhas de expectativa messiânica é a ideia de que um rei como Davi restauraria a monarquia de Israel. Há uma nota de triunfo na expectativa de um Messias que reinaria sobre Israel e colocaria todos os inimigos debaixo de seus pés. Essa era a vertente de expectativa messiânica mais popular no tempo em que Jesus apareceu no cenário da história. Israel sofria desde a sua conquista pelos romanos e se indignava sob a opressão deste jugo estrangeiro. Grande número de pessoas anelavam pelo cumprimento total das profecias sobre a vinda do Messias que venceria o domínio romano e restauraria a independência a Israel.

Outro aspecto do conceito do Messias era o do Servo Sofredor de Israel, aquele que levaria os pecados do povo. Esta noção se acha mais claramente nas Canções do servo, do profeta Isaías. E o principal texto que os escritores do Novo Testamento usam para entender a ignomínia da morte de Jesus é Isaías 53. A figura de um servo desprezado e rejeitado está em contraste total com o conceito de rei.

Uma terceira linha de expectativa messiânica se acha na chamada literatura apocalíptica do Antigo Testamento, os escritos altamente simbólicos de homens como Daniel e Ezequiel. Nesses escritos, o Messias, o Filho do Homem, é visto como um ser celestial que desce à terra para julgar o mundo. É difícil imaginar como um homem poderia ser, ao mesmo tempo, um ser celestial e um rei terreno, um juiz universal e um servo humilhado. Contudo, estas são as três principais vertentes de esperança messiânica que estavam bem vivas no tempo da entrada de Jesus no mundo. Nas seções seguintes, quero considerar mais atentamente estas linhas de expectativa.

O FILHO DE DAVI

O reino de Davi, no Antigo Testamento, foi a era dourada de Israel. Davi se distinguiu como herói militar e como monarca. Suas façanhas militares ampliaram as fronteiras da nação; Israel emergiu como um dos principais poderes do mundo e desfrutou de grande força militar e de prosperidade durante o reinado de Davi. Mas

a era dourada começou a perder seu brilho no programa de construções de Salomão e enferrujou-se quando a nação se dividiu sob a influência de Roboão e Jeroboão. A memória dos grandes dias, porém, permanecia na história do povo. A nostalgia atingiu o ápice sob a opressão do Império Romano quando o povo da terra olhava para Deus à espera de um novo Davi que restauraria a glória anterior de Israel.

A expectativa que cercava a esperança de um Messias político não nascera apenas de nostalgia, mas tinha suas raízes nas profecias do Antigo Testamento que davam consistência a esse sonho. Os Salmos declaravam que alguém semelhante a Davi seria ungido como rei por Deus mesmo. Salmos 132:11 dizem: “O Senhor jurou a Davi com firme juramento e dele não se apartará: Um rebento da tua carne farei subir para o teu trono”. Salmos 89 declaram: “Farei durar para sempre a sua descendência; e, o seu trono, como os dias do céu... Não violarei a minha aliança, nem modificarei o que os meus lábios proferiram. Uma vez jurei por minha santidade (e serei eu falso a Davi?): A sua posteridade durará para sempre, e o seu trono, como o sol perante mim” (vv. 29, 34-36).

Não somente nos Salmos, mas também nos Profetas, lemos sobre as esperanças futuras a respeito de alguém que seria como Davi. Amós, por exemplo, proclamou: “Naquele dia, levantarei o tabernáculo caído de Davi” (9:11).

Estas esperanças nacionais experimentaram épocas de fervor e de dormência em Israel, dependendo frequentemente do grau de liberdade política que a nação desfrutava. Em tempos de crise e opressão, as chamadas de esperança e expectativa eram reacesas no coração das pessoas, enquanto elas anelavam pela restauração do tabernáculo caído de Davi.

Com a vinda de Jesus, a noção de cumprimento da promessa do Messias real da linhagem de Davi foi despertada novamente. Os autores do Novo Testamento não consideraram uma coincidência o fato de que Jesus veio da tribo de Judá, a quem Deus prometera o cetro real. Era da tribo de Judá, da tribo de Davi, que viria Um que traria o novo reino a Israel. Os escritores do Novo Testamento viram, com clareza, na pessoa de Jesus o cumprimento da esperança do Antigo Testamento quanto a um Messias real. Isso é visto no lugar de central importância que o Novo Testamento dá à ascensão de Jesus. Jesus é considerado o Filho de Davi que anuncia e inaugura o reino de Deus.

Houve ocasiões no ministério de Jesus em que ele teve de fugir das multidões que procuraram fazê-Lo rei porque Suas opiniões sobre o reino eram muito singular. Eles pensavam num reino que seria inaugurado sem o preço de sofrimento e morte. As multidões tiveram pouco tempo com um rei que estava para sofrer. Jesus teve de

evitar as multidões repetidas vezes e advertiu seus discípulos quanto a declararem abertamente que ele era o Messias. Em nenhum momento ele negou que era o Cristo. Quando os discípulos declararam ousadamente sua confiança no messiado de Jesus, ele aceitou a designação com Sua bênção.

O momento mais incisivo de revelação messiânica aconteceu em Cesareia de Filipe, quando Jesus perguntou aos seus discípulos: “Quem dizem as multidões que sou eu?” (Lucas 9:18). Os discípulos falaram a Jesus os boatos das multidões: “Uns dizem: João Batista; outros: Elias; e outros: Jeremias ou algum dos profetas”. Por fim, Jesus fez a pergunta ao grupo mais íntimo de seus discípulos: “Mas vós, continuou ele, quem dizeis que eu sou?” Pedro respondeu com fervor: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mateus 16:14-16). A resposta à confissão de Pedro é fundamental ao entendimento do Novo Testamento quanto à identidade de Cristo. Jesus respondeu: “Bem-aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue que to revelaram, mas meu Pai, que está nos céus” (v. 17). Jesus pronunciou Sua bênção sobre aquele a quem Deus revelara a Sua verdadeira identidade. Jesus reconheceu que o reconhecimento de Pedro quanto à Sua identidade era correto. Não fora obtido de um exame das manifestações externas; antes, Pedro reconheceu a Jesus porque as escamas haviam sido removidas de seus olhos pela revelação da parte de Deus, o Pai.

Em outra ocasião, João Batista saudou Jesus como o “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (João 1:29). Mas, quando João foi detido e lançado no cárcere, sua fé começou a hesitar, e ele enviou mensageiros a Jesus para fazer-lhe uma pergunta apropriada: “És tu aquele que estava para vir ou esperamos outro?” Jesus respondeu aos mensageiros, dizendo: “Ide e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos veem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres, anuncia-se-lhes o evangelho” (Lucas 7:20-22). Essas palavras não foram escolhidas à toa. Jesus estava chamando a atenção para a profecia de Isaías 61, o texto que ele lera no dia em que entrara na sinagoga de Nazaré – “O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos e apregoar o ano aceitável do Senhor” (Lucas 4:18-19). Depois de acabar de ler o rolo, Jesus disse: “Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir” (v. 21). Em essência, a resposta de Jesus à mensagem de João Batista foi isto: “Digam a João que leia as profecias de Isaías, e assim ele saberá a resposta para sua pergunta”.

O SERVO SOFREDOR DE ISRAEL

A figura do servo do Senhor ou o “Servo Sofredor”, referida pelo profeta Isaías, é normativa para o entendimento do Novo Testamento quanto à pessoa de Jesus. Há debates sobre a identidade do autor de Isaías e a identidade do servo que o autor tinha em mente. Alguns argumentam que o servo se referia a Israel coletivamente, enquanto outros aplicam o papel a Ciro e alguns, ao próprio Isaías. Este debate continuará. Todavia, o fato de que os autores do Novo Testamento acharam em Jesus o cumprimento final desta figura é indisputável.

Também é claro que Jesus pensava em seu próprio ministério em termos da profecia de Isaías, como vemos de Suas afirmações na sinagoga de Nazaré e de Sua resposta à pergunta de João Batista.

Não é por acaso que Isaías é o profeta mais citado no Novo Testamento. As profecias de Isaías, citadas no Novo Testamento, não são limitadas ao sofrimento de Jesus, mas também se referem a todo o ministério de Jesus. No entanto, foi a morte de Cristo que chamou a atenção dos autores do Novo Testamento às profecias de Isaías concernentes ao servo. Vejamos Isaías 53:

Quem creu em nossa pregação? E a quem foi revelado o braço do Senhor? Porque foi subindo como renovo perante ele e como raiz de uma terra seca; não tinha aparência nem formosura; olhamo-lo, mas nenhuma beleza havia que nos agradasse. Era desprezado e o mais rejeitado entre os homens; homem de dores e que sabe o que é padecer; e, como um de quem os homens escondem o rosto, era desprezado, e dele não fizemos caso.

Certamente, ele tomou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus e oprimido. Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.

Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca. Por juízo opressor foi arrebatado, e de sua linhagem, quem dela cogitou? Porquanto foi cortado da terra dos viventes; por causa da transgressão do meu povo, foi ele ferido. Designaram-lhe a sepultura com os perversos, mas com o rico esteve na sua morte, posto que nunca fez injustiça, nem dolo algum se achou em sua boca.

Todavia, ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do Senhor prosperará nas suas mãos. Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e

ficará satisfeito; o meu servo, o Justo, com o seu conhecimento, justificará a muitos, porque as iniquidades deles levará sobre si. Por isso, eu lhe darei muitos como a sua parte, e com os poderosos repartirá ele o despojo, porquanto derramou a sua alma na morte; foi contado com os transgressores; contudo, levou sobre si o pecado de muitos e pelos transgressores intercedeu.

O estudo frequente de Isaías 53 aumenta, ao invés de diminuir, nossa admiração de seu conteúdo. Parece um relato da paixão de Jesus feito por uma testemunha ocular. Aqui, os princípios de solidariedade coletiva e de imputação do pecado são demonstrados claramente. A ignomínia de Jesus se acha na centralidade de seus sofrimentos como o meio de redenção. O Messias vem não somente como Rei, mas também como um servo que recebe a punição pela iniquidade do povo. Ele morre em favor de muitos. Qualquer interpretação da vida e da obra de Jesus que não leva a sério este aspecto faz violência radical ao texto do Novo Testamento.

O fato de que os conceitos de Rei de Israel e de Servo Sofredor fundiram-se em um homem é visto dramaticamente na visão celestial que se descortinou diante do apóstolo João na ilha de Patmos. Em uma parte da visão, João teve um vislumbre do que havia no céu. Ele ouviu o clamor de um anjo: “Quem é digno de abrir o livro e de lhe desatar os selos?” (Apocalipse 5:2). João relata com emoção solene que não se achou ninguém digno de abrir o livro. Seu desapontamento deu lugar à tristeza: “E eu chorava muito, porque ninguém foi achado digno de abrir o livro, nem mesmo de olhar para ele” (5:4). Nessa altura, um ancião o consolou, dizendo: “Não chores; eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos” (5:5). Houve uma mudança abrupta e notável no teor da narrativa, quando um senso de expectativa substituiu a atmosfera de desespero. João aguarda o aparecimento do Leão triunfante. A ironia se completa quando João vê não o Leão, e sim um Cordeiro que fora morto, mas que estava em pé no meio dos anciãos. João registra que o Cordeiro tomou o rolo da mão direita daquele que estava sentado no trono, e milhares de anjos cantavam: “Digno é o Cordeiro que foi morto de receber (...) honra, e glória, e louvor” (5:12). Aqui, o Leão e o Cordeiro são a única e mesma pessoa. O servo reina como Rei.

O FILHO DO HOMEM

No Concílio de Calcedônia, no século V, a Igreja cristã procurou achar uma fórmula que chamaria a atenção tanto para toda a humanidade de Jesus como para

toda a sua divindade. As palavras que a Igreja estabeleceu no ano de 451 foram “vere homo, vere Deus”, a fórmula significava que Jesus era verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus, chamando a atenção para as suas duas naturezas.

No Novo Testamento, lemos que Jesus é chamado tanto o Filho do Homem como o Filho de Deus. Estes dois títulos, aparecendo desta maneira, oferecem uma forte tentação para supormos que “Filho de Deus” se refere exclusivamente à deidade de Jesus, enquanto “Filho do Homem” se refere exclusivamente à sua humanidade. Contudo, lidar com estes títulos desta maneira nos levaria a erros muito graves.

Ao examinarmos o título Filho do Homem, nos deparamos com algo estranho e fascinante. Este é o terceiro título usado mais frequentemente no Novo Testamento para designar Jesus. Ocorre 84 vezes; e 81 destas ocorrências estão nos quatro evangelhos. Em quase todos os textos em que achamos o título, ele é usado por Jesus para descrever a si mesmo. Portanto, embora ele seja o terceiro em ordem de frequência dos títulos que descrevem a Jesus no Novo Testamento, ele é o número um no que diz respeito à autodesignação de Jesus. Obviamente, este era o título favorito dele. Isto é evidência da integridade dos escritores bíblicos em preservar um título para Jesus que eles mesmos escolherem tão raramente. Eles devem ter sido tentados a colocar seus próprios títulos favoritos nos lábios de Jesus. É comum em nossos dias a argumentação de que o retrato bíblico de Jesus é apenas uma criação da Igreja primitiva, e não um reflexo exato do Jesus histórico. Se isto fosse verdade, seria extremamente improvável que a Igreja primitiva colocaria nos lábios de Jesus um título que eles mesmos quase nunca usavam para descrevê-Lo.

Por que Jesus usou o título Filho do Homem? Alguns supõem que foi por humildade que Jesus descartou títulos mais elevados e escolheu este como um meio humilde de se identificar com a pobre humanidade. Certamente, no título há um elemento dessa identificação, mas este título aparece também no Antigo Testamento, e sua função ali é expressar outra coisa, mas não humildade. Referências à figura do Filho do Homem se acham em Daniel, Ezequiel e alguns escritos extrabíblicos do judaísmo rabínico. Embora os eruditos discordem, o consenso histórico é que Jesus adotou o sentido da expressão Filho do Homem conforme ele se acha na obra visionária de Daniel.

No livro de Daniel, o Filho do Homem aparece em uma visão do céu. Ele é apresentado diante do trono do “Ancião de Dias” e recebe “domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas” o sirvam; “o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído”

(Daniel 7:14). Nesta passagem, o Filho do Homem é um ser celestial, um personagem transcendente que desce à terra para exercer o papel de juiz supremo.

O testemunho do Novo Testamento quanto a preexistência de Jesus está ligado inseparavelmente ao tema Filho do Homem. Ele é aquele que é enviado do Pai. O tema da descida de Cristo é a base de sua ascensão. “Ora, ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do Homem” (João 3:13).

Não basta declarar que os escritores do Novo Testamento confessaram que Jesus era um ser celestial. Jesus não era apenas um ser celestial – os anjos são seres celestiais, mas não são como Jesus. Somente ele é descrito em uma linguagem restrita à Deidade.

É interessante comparar a descrição do Ancião de Dias, na visão de Daniel, com a descrição do Filho do Homem dada por João no livro de Apocalipse. Esta é a descrição do Ancião de Dias na visão de Daniel:

Continuei olhando, até que foram postos uns tronos, e o Ancião de Dias se assentou; sua veste era branca como a neve, e os cabelos da cabeça, como a pura lã; o seu trono eram chamas de fogo, e suas rodas eram fogo ardente. Um rio de fogo manava e saía de diante dele; milhares de milhares o serviam, e miríades de miríades estavam diante dele; assentou-se o tribunal, e se abriram os livros. (Daniel 7:9-10)

Por comparação, esta é a descrição do Filho do Homem exaltado, na visão de João:

Voltei-me para ver quem falava comigo e, voltado, vi sete candeeiros de ouro e, no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem, com vestes talares e cingido, à altura do peito, com uma cinta de ouro. A sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo; os pés, semelhantes ao bronze polido, como que refinado numa fornalha; a voz, como voz de muitas águas. Tinha na mão direita sete estrelas, e da boca saía-lhe uma afiada espada de dois gumes. O seu rosto brilhava como o sol na sua força... Vi e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres viventes e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares, proclamando em grande voz: Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor. (Apocalipse 1:12-16; 5:11-12)

Não podemos negar que o Filho do Homem era uma pessoa de poder e esplendor. Sua divindade é vista não somente no retrato dado no Antigo Testamento, mas também no entendimento de Jesus. Ele ligou o Filho do Homem com a criação, ao dizer: “O Filho do Homem é senhor também do sábado”

(Marcos 2.28). Reivindicar o senhorio sobre o sábado é reivindicá-lo sobre a criação. O sábado era não somente uma peça da legislação do Sinai, mas também uma ordenança da criação dada pelo Senhor da Criação. Jesus também disse: “Para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados...” (Lucas 5:24). Nesta ocasião, Jesus reivindicou uma autoridade que, para os judeus, era uma prerrogativa somente de Deus. Os judeus não ignoraram a inferência dessas reivindicações. Eles procuraram matar Jesus precisamente porque as reivindicações de Jesus quanto à divindade eram fortes e claras. O Filho do Homem veio do céu para julgar o mundo. Ele separaria as ovelhas dos bodes. Viria em nuvens de glória no final dos tempos.

No entanto, o Filho do Homem que vem do céu não é exclusivamente divino; é alguém que entra em nossa humanidade por meio da encarnação. É provável que o conceito de Paulo sobre Jesus como o segundo Adão foi um desenvolvimento do tema Filho do Homem.

Além dos títulos que resultam destas linhas de expectativas – o Filho de Davi, o Servo Sofredor, o Filho do Homem – o Novo Testamento usou muitos outros títulos para designar Jesus. Consideremos agora alguns destes.

JESUS COMO SENHOR

Já vimos que Cristo é o título usado mais frequentemente para designar Jesus no Novo Testamento. A segunda designação mais frequente é Senhor. Este título é tão importante ao entendimento bíblico da pessoa de Jesus, que a simples afirmação “Jesus é Senhor” se tornou uma parte integral do primeiro credo cristão. Senhor é o título mais elevado conferido a Jesus.

Às vezes é difícil as pessoas nos Estados Unidos entenderem o pleno significado do título Senhor. Um inglês, de minha familiaridade, veio a este país nos anos 1960 e passou sua primeira semana na Filadélfia visitando lugares históricos como o Independence Hall e o Sino da Liberdade, para se familiarizar com a cultura americana. Ele visitou também algumas lojas de antiguidades especializadas em artigos do período colonial e da época da revolução. Em uma dessas lojas, ele viu diversos pôsteres e cartazes que continham slogans da revolução, tais como “Nenhum Imposto Sem Representação” e “Não Pise em Mim”. Um cartaz atraiu a sua atenção. Em letras grandes, o cartaz dizia: “Aqui Não Servimos a Nenhum Soberano”. Enquanto ele meditava nestas palavras, perguntou a si mesmo como as pessoas imergidas nesta cultura antimonárquica poderiam compreender a noção do

reino de Deus e a soberania que pertence ao Senhor. O conceito de senhorio investida em um indivíduo é repugnante para a tradição americana. Todavia, o Novo Testamento reivindica isso com muita clareza para Jesus, asseverando que autoridade soberana absoluta e poder imperial estão investidos nele.

O sinônimo do Novo Testamento para senhor é a palavra grega *kurios*. Essa palavra era usada de várias maneiras no mundo antigo. Em seu uso mais comum, ela significava senhor. Assim como a nossa palavra senhor pode ser usado num sentido comum e num sentido especial, o mesmo acontecia com a palavra *kurios*.

Um segundo uso de *kurios*, na cultura grega, era como um título dado a homens da classe aristocrática que eram donos de escravos. Este título foi usado em sentido figurado para designar Jesus em todo o Novo Testamento, onde ele é chamado de “Senhor” por seus discípulos. Paulo iniciava frequentemente suas cartas dizendo: “Paulo, escravo de Jesus Cristo”. A palavra que ele usava nesta identificação era *doulos*. Não podia haver um escravo (*doulos*) sem um senhor (*kurios*). Paulo declarou: “Não sois de vós mesmos, porque fostes comprados por preço” (I Coríntios 6:19-20). Neste versículo, o crente é visto como uma possessão de Jesus. Ele é dono do seu povo. Não é um déspota ou tirano, como esperaríamos numa relação entre escravo e senhor terreno. A ironia do senhorio do Novo Testamento é que somente em escravidão a Cristo uma pessoa descobre a liberdade autêntica. A ironia é ampliada pelo ensino do Novo Testamento de que é por meio de um relacionamento de escravo/senhor com Jesus que uma pessoa é libertada da escravidão neste mundo. Este ensino paradoxal se acha especialmente nos escritos do apóstolo Paulo.

O terceiro e mais importante significado de *kurios* era o uso imperial. Neste caso, o título era dado a alguém que tinha soberania total sobre um grupo de pessoas. Este uso era entendido comumente no âmbito político.

Talvez o aspecto mais impressionante do título Senhor era a sua relação com o Antigo Testamento. A tradução grega do Antigo Testamento usou a palavra *kurios* para traduzir a palavra hebraica *Adonai*, um título usado em referência a Deus. O nome sagrado de Deus, *Yahweh*, era impronunciável e substituído frequentemente, na liturgia de Israel, por outra palavra. Quando um substituto era usado em lugar do nome inefável de Deus, a escolha habitual era a palavra *Adonai*, um título que chamava atenção para o governo absoluto de Deus sobre a terra.

Em algumas versões da Bíblia, tanto *Yahweh* como *Adonai* são traduzidas pela palavra Senhor, embora a distinção entre elas se ache no método de impressão. Quando *Yahweh* é traduzida, a palavra é comumente impressa com uma letra

maiúscula grande seguida de maiúsculas menores: “Senhor”. Quando Adonai é a palavra hebraica no texto bíblico, a tradução é impressa “Senhor”. Por exemplo, Salmos 8 começam: “Ó Senhor, Senhor nosso, quão magnífico em toda a terra é o teu nome!” No hebraico, seria: “Ó Yahweh, Adonai nosso, quão magnífico...” Aqui, Yahweh funciona como o nome de Deus, e Adonai é usada como um título.

Uma passagem do Antigo Testamento que é citada muitas vezes no Novo Testamento é Salmos 110. Nesta passagem, achamos realmente algo estranho. Em Salmos 110, lemos: “Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita”. Yahweh fala a Adonai, que é visto como o Senhor de Davi e está sentado à direita de Deus. No Novo Testamento, Jesus é aquele que é exaltado à direita de Deus e recebe o título Senhor. Esse é o título que está “acima de todo nome”, conferido a Jesus em Sua ascensão. Jesus, estando sentado à direita de Deus, é elevado ao lugar de autoridade universal, em que toda a autoridade no céu e na terra é colocada em Suas mãos, e ele recebe o título Adonai, que antes era restrito a Deus, o Pai. A natureza elevada do título pode ser vista não somente neste contexto, mas também de seu uso na forma superlativa. Quando Jesus é chamado “Senhor dos senhores”, não há dúvida do que se está querendo dizer.

O título Senhor é tão central na vida da comunidade cristã do Novo Testamento que em alguns idiomas a palavra igreja – do grego *ekklesia* - tem forma e som semelhante a *kurios*, como por exemplo: em inglês, *church*; em escocês, *kirk*; em holandês, *kerk*; em alemão, *kirche*. Todos com a mesma raiz, a palavra grega *kuriache* que significa “aqueles que pertencem ao *kurios*”. Portanto, nesses idiomas, a origem literal de Igreja é “as pessoas que pertencem ao Senhor”.

Uma nota problemática no Novo Testamento é esta afirmação: “Ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo” (I Coríntios 12:3). Alguns têm sugerido que isto é uma contradição porque Jesus disse, em outras ocasiões, que pessoas confessam realmente que ele é Senhor sem saberem o que isso significa. Jesus concluiu o Sermão do Monte com a solene advertência: “Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor!... Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade” (Mateus 7:22-23). É evidente que pessoas podem honrar a Cristo com seus lábios, enquanto seu coração está longe dele, e falar as palavras “Jesus é Senhor”. Então, o que a Bíblia significa quando diz: “Ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo”?

Há duas maneiras pelas quais podemos responder esta pergunta. A primeira seria afirmar o que é subtendido, mas não expresso no texto. Ou seja, ninguém pode dizer que Jesus é Senhor e significar realmente isso senão por meio do Espírito Santo. Isso

seria teologia correta e temos literalmente licença para incluir o qualificador não afirmado nesta passagem. No entanto, há algo mais concreto em vista. No tempo em que este texto foi escrito, os cristãos eram considerados inimigos da ordem estabelecida de Roma e culpados de traição por sua recusa de submeterem-se ao culto do imperador. O teste de lealdade ao império era uma recitação pública das palavras “Kaiser kurios” (“César é senhor”). Os cristãos se recusavam a recitar esta fórmula, até ao risco de sua própria vida. Quando eles eram chamados a fazer esta confissão, eles a substituíam por “Iesous ho Kurios” (“Jesus é Senhor”). Os cristãos estavam dispostos a pagar seus impostos, a honrar a César até onde deviam, a dar a César as coisas de César. Todavia, o título elevado de Senhor pertencia somente a Jesus. E os cristãos pagaram com sua vida para manter essa afirmação. A declaração no texto bíblico “Ninguém pode dizer: Senhor Jesus!, senão pelo Espírito Santo” pode ter se referido ao fato de que naqueles dias as pessoas hesitavam em fazer publicamente tão ousada confissão, a menos que estivessem preparadas para as consequências.

O FILHO DE DEUS

O Novo Testamento narra poucas ocasiões em que Deus falou do céu. Quando ele o fez, foi usualmente para anunciar algo impressionante. Deus foi zeloso em anunciar que Jesus Cristo era seu Filho. No batismo de Jesus, os céus se abriram, e a voz de Deus foi ouvida, dizendo: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mateus 3:17). Em outra ocasião, o Pai declarou do céu: “Este é o meu Filho amado; a ele ouvi” (Marcos 9:7). Portanto, o título que do céu foi dado a Jesus é Filho de Deus.

Este título tem produzido grande quantidade de controvérsia na história da Igreja, especialmente no século IV, quando o movimento ariano, tomando as sugestões de seu líder, Ário, negava a Trindade, por argumentar que Jesus era um ser criado. Referências a Jesus como “o primogênito de toda a criação” (Colossenses 1:15) e “o unigênito do Pai” (João 1:14) levaram Ário a argumentar que Jesus teve um começo e, por isso, era uma criatura. Na mente de Ário, se Jesus era unigênito, isso só podia significar que ele não era eterno; e, se não era eterno, ele era uma criatura. Por isso, atribuir divindade a Jesus era tornar-se culpado de blasfêmia, porque envolvia a adoração idólatra de um ser criado. A mesma controvérsia existe hoje entre cristãos evangélicos e os Mórmons, e Testemunhas de Jeová. Estes dois

últimos grupos admitem uma opinião elevada sobre Jesus como superior aos anjos e a outras criaturas, mas negam a Sua divindade.

Esta controvérsia desencadeou o grande concílio ecumênico de Nicéia. O Credo de Nicéia é uma resposta interessante às acusações do arianismo. A resposta se acha na estranha afirmação de que Jesus é “gerado, mas não criado”. Para o grego, essa afirmação era uma contradição de termos. Em termos normais, gerado subentende um começo; mas, quando aplicado a Jesus, há uma singularidade na maneira como ele é gerado que o separa de todas as outras criaturas. Jesus é chamado o monogenes, “o único gerado” do Pai. Há um sentido em que Jesus, e somente Jesus, é gerado do Pai. Isto é o que a Igreja entendia quando falava de Jesus como sendo eternamente gerado – que ele era gerado, mas não criado.

A singularidade se acha não somente no caráter eterno de Jesus, mas também no fato de que a filiação de Jesus carrega consigo uma descrição de intimidade com o Pai. A importância primária da filiação no Novo Testamento está em sua referência figurativa à obediência. Portanto, ser um filho de Deus biblicamente é ser alguém que está em um relacionamento singular de obediência à vontade de Deus. De modo semelhante, o tema de primogênito tem mais a ver com preeminência do que com biologia. A palavra gerado é uma palavra grega cheia de conteúdo hebraico. Nicéia não estava flertando com a irracionalidade, estava sendo fiel às Escrituras por usar a fórmula “gerado, mas não criado” que parecia estranha.

O LOGOS

O título Logos é usado raramente no Novo Testamento para designar Jesus. Nós o achamos principalmente no prólogo do evangelho de João, onde lemos: “No princípio era o Verbo [Logos], e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. Apesar de seu infrequente uso, este título é o ponto focal do desenvolvimento do entendimento teológico da Igreja cristã sobre a pessoa de Jesus, nos primeiros três ou quatro séculos da história da Igreja. Foi o principal conceito pelo qual os teólogos da Igreja consideraram sua doutrina a respeito de Jesus. As grandes mentes de Alexandria, de Antioquia, do Oriente e do Ocidente se dedicaram a um estudo exaustivo do significado deste título. Há razões importantes para isso. O título presta-se, talvez mais do que qualquer outro, à especulação filosófica e teológica profunda. Isso acontece precisamente porque logos já era um vocábulo carregado, cheio de significado no contexto da filosofia grega.

Como no caso de outros títulos que já consideramos, há um significado comum e um significado mais técnico para logos. O significado comum de logos é simplesmente “palavra”, pensamento ou conceito. As versões bíblicas traduzem-na geralmente por “palavra”. No entanto, do prólogo de João vemos que logos tinha um significado mais elevado. A palavra lógica deriva de logos, como o faz o sufixo –logia, que é frequentemente ligado a palavras que designam disciplinas e ciências acadêmicas. Por exemplo, teologia é “theoslogos”, uma palavra ou conceito de Deus. Biologia é “bioslogos”, uma palavra ou conceito da vida.

Um filósofo cristão, Gordon H. Clark, sugeriu que os primeiros versículos do evangelho de João poderiam ser traduzidos assim: “No princípio, era a lógica, e a lógica estava com Deus, e a lógica era Deus... e a lógica se tornou carne”. Essa tradução pode suscitar a ira dos cristãos porque parece representar uma forma grosseira de racionalismo, reduzindo o Cristo eterno a um mero princípio racional. No entanto, isso não era o que o Dr. Clark tinha em mente. Ele estava apenas dizendo que em Deus mesmo há uma coerência, unidade, consistência e simetria pelas quais todas as coisas neste mundo se mantêm juntas sob o governo de Deus. Deus expressa este princípio de coerência que vem de dentro de seu ser por meio de Sua Palavra, que é, ela mesma, coerente, consistente e simétrica. Cristo é identificado com o eterno Logos, dentro do próprio Deus, que traz ordem e harmonia ao mundo criado.

Este princípio de coerência forma o elo entre o ponto de vista cristianizado de João acerca do Logos e o conceito que havia na antiga filosofia grega. Os gregos antigos se preocupavam em achar o significado essencial do universo e a substância a partir da qual tudo fora criado. Eles perceberam a vasta diversidade nas coisas criadas e procuraram algum ponto de unidade que daria sentido a tudo. Assim como na arte grega, os filósofos da época detestavam caos e confusão. Eles queriam entender a vida de uma maneira unificada. Por isso, em muitas teorias de filosofia que surgiram antes da redação do Novo Testamento, a palavra grega logos funcionava como um conceito importante. Pense, por exemplo, em Heráclito, um dos primeiros filósofos gregos, que ainda é reverenciado por muitos como o patrono do existencialismo moderno. Heráclito tinha uma teoria de que tudo estava em um estado de mudança e que todas as coisas eram compostas, em última análise, de alguma forma de fogo. No entanto, Heráclito queria uma explicação para a origem e a fonte de todas as coisas e achou isso numa teoria abstrata de um logos.

Achamos este mesmo conceito na filosofia estoica e, até mais cedo, na filosofia pré-socrática. No pensamento grego antigo, não havia qualquer conceito de um

Deus pessoal e transcendente que criou o mundo com harmonia e ordem, por Sua sabedoria e soberania. No máximo, havia especulação a respeito de um princípio abstrato que ordenara a realidade e a preservara de tornar-se uma confusão. Este princípio abstrato, eles o chamavam um “nous” (que significa “mente”) ou o “logos”, um princípio filosófico impessoal. O conceito de logos nunca foi considerado com um ser pessoal que se envolveria com as coisas neste mundo; a ideia funcionava apenas como um abstrato necessário para explicar a ordem evidente no universo.

Os estoicos com os quais Paulo debateu no Areópago tinham uma noção de que todas as coisas eram formadas de um fogo seminal que eles chamavam de Logos Spermatikos. Isto se referia à palavra seminal, a palavra que continha poder criativo, a palavra que gerava vida, ordem e harmonia. Já ouvimos a expressão: “Toda pessoa tem em si uma faísca de divindade”. Esta noção não se originou no cristianismo, e sim nos estoicos. Os estoicos acreditavam que todo objeto individual tinha em si uma pequena parte deste fogo seminal divino, mas, outra vez, o logos no conceito estoico permanecia impessoal e abstrato.

Na época em que os evangelhos foram escritos, a noção do logos estava carregada de categorias filosóficas. O apóstolo João colocou uma bomba teológica no parque filosófico de seus dias, ao olhar para Jesus e falar sobre ele não como um conceito impessoal, e sim como a encarnação do Logos eterno. Ele não usou a palavra da mesma maneira como os gregos a usaram, mas ele a batizou e a encheu com um significado judaico-cristão. Para João, o Logos era intensamente pessoal e muitíssimo diferente daquilo que se achava na filosofia especulativa grega. O Logos era uma pessoa e não um princípio.

O segundo escândalo para a mente grega era que o Logos se tornaria carne. Para os gregos antigos, nada era mais escandaloso do que a ideia de encarnação. Os gregos tinham uma visão dualista de espírito e matéria, por isso lhes era inconcebível que Deus, se ele realmente existisse, assumisse a carne humana. Este mundo de coisas materiais era visto como intrinsecamente imperfeito; e o Logos se vestir com as roupas de um mundo material seria uma ideia abominável a qualquer pessoa infundida na filosofia grega clássica. O apóstolo João, sob a inspiração do Espírito Santo, olhou para o Cristo pessoal e histórico e viu nele a manifestação da pessoa eterna por cujo poder transcendente todas as coisas são sustentadas. Este conceito, talvez mais do que qualquer outro, deu clara atenção à deidade de Cristo em sua absoluta importância cósmica. Ele é o Logos que criou o céu e a terra. É o poder transcende que está por trás do universo. Ele é a realidade última de todas as coisas.

João disse que o Logos é não somente um com Deus. Ele é Deus. Não há afirmação mais direta ou mais clara da deidade de Cristo a acharmos nas Escrituras do que a que lemos no primeiro versículo do evangelho de João. O grego diz, literalmente: “Deus era a Palavra” (traduzido comumente por “a Palavra era Deus”). Os Testemunhas de Jeová, modernos, e os Mórmons têm tentado anular esta passagem servindo-se de distorções astutas. Algumas de suas traduções mudam o texto e dizem apenas: “A Palavra era como Deus”. Os gregos tinham uma palavra que significava “como”, e ela não se acha, de modo algum, neste texto de João. A estrutura simples “Deus era a Palavra” pode significar somente uma identificação entre Jesus e a Divindade. Outra maneira pela qual os Mórmons e os Testemunhas de Jeová procuram distorcer esta passagem é argumentarem que o artigo definido não está presente no texto. Eles afirmam: visto que a Bíblia não diz que a Palavra era o Deus, ela diz apenas que a Palavra era Deus; e isso, dizem eles, não tem a força de uma afirmação de divindade. Então, ficaríamos com a afirmação de que a Palavra era “um deus”. Se isso era o que João estava tentando comunicar, os problemas criados por esta solução são maiores do que os que ela resolve. Ela nos deixa pensando que João estava afirmando um tipo grosseiro de politeísmo. No contexto da literatura bíblica, é claro que há um único Deus. A Bíblia é monoteísta desde o começo até ao fim. A ausência ou a presença do artigo definido não tem nenhum significado teológico neste texto.

No texto, há alguma dificuldade em que ele afirma que a Palavra tanto está com Deus quanto é Deus. Nisto, vemos que a Palavra tanto é distinta de Deus quanto é identificada com Deus. É por causa de textos como este que a Igreja julgou necessário formular sua doutrina de Deus em termos da Trindade. Temos de ver um sentido em que Cristo é o mesmo que Deus, o Pai, mas, apesar disso, sermos capazes de distingui-Lo do Pai. A ideia de distinguir e identificar não é uma intrusão no texto do Novo Testamento, e sim uma distinção que textos como este de João exigem. O Pai e o Filho são um ser, mas distintos em termos de personalidade, bem como de obras e ministério que realizam.

No primeiro capítulo do evangelho de João, a ideia de o Logos estar “com” Deus é significativa. A língua grega tem três palavras que podem ser traduzidas pela palavra “com”. A primeira delas é *sun*, que é traduzida pelo prefixo *sin*, que temos em palavras como sincronizar, sincretismo, sinagoga e assim por diante. Uma sinagoga, por exemplo, é um lugar onde pessoas se reúnem com outras pessoas. “Estar com”, no sentido de *sun*, é estar presente em um grupo, estar reunido com outras pessoas. Isto se refere à coleção de pessoas.

A segunda palavra grega que pode ser traduzida pela palavra “com” é meta, que significa “estar ao lado de”. Quando pensamos em pessoas que estão ao lado a lado, pensamos nelas como que estando uma ao lado da outra. Se eu caminhasse pela rua ao lado de uma pessoa, eu estaria com ela no sentido de meta.

A língua grega tem uma terceira palavra que pode ser traduzida por “com”: é a palavra pros. Ela é encontrada menos frequentemente do que as duas outras, mas ela está na raiz de outra palavra grega, prosepone, que significa “face”. Este tipo de “com” é o mais íntimo de todos os tipos. João estava dizendo, neste versículo, que o Logos existia com Deus, pros Deus, ou seja, face a face, em um relacionamento de intimidade eterna. Esse é o tipo de relacionamento que o judeu do Antigo Testamento anelava ter com seu Deus. O Logos desfrutava deste tipo de intimidade, um relacionamento face a face com o Pai, desde toda a eternidade. O Pai e o Filho são um em seu relacionamento, bem como em seu ser.

No prólogo de João (I:1-14), o conceito do Logos chega a um clímax quando lemos: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós... e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai”. A palavra traduzida por “habitou” significa, literalmente, “armou sua tenda entre nós”. Assim como Deus habitou com o povo de Israel no Antigo Testamento, por meio do tabernáculo, assim também o tabernáculo do Novo Testamento é a Palavra encarnada, o Logos, que encarnou a verdade de Deus. Ele é a mente de Deus em forma humana, que veio para habitar conosco em carne e sangue. Quando o Logos fez a Sua aparição, ela foi uma manifestação de glória. Como João nos diz: “A vida estava nele e a vida era a luz dos homens” (I:4).

JESUS COMO SALVADOR

Há outros títulos atribuídos a Jesus. Ele é o Rabi, o segundo Adão, o Mediador. Mas nenhum título expressa Sua obra mais completamente do que o título Salvador. Os crentes da Igreja primitiva deram testemunho disto quando usaram o símbolo do peixe como seu sinal secreto de identificação. O acróstico formado pelas letras da palavra grega “peixe” significa “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”.

Deus mesmo deu o nome Jesus a um bebê. Jesus significa “o Senhor salva” ou “aquele por meio de quem o Senhor salva”. Assim, Jesus tem um nome que carrega a ideia de salvador. Seus títulos – Logos, Messias, Filho do Homem – todos indicam as qualificações de Jesus para ser o Salvador dos homens. Somente ele possui as

credenciais para oferecer expiação, triunfar sobre a morte, reconciliar as pessoas com Deus.

É neste ponto que a importância de Jesus se relaciona com a nossa vida, produzindo crise. É neste ponto que ultrapassamos a linha da investigação erudita indiferente e entramos no âmbito da vulnerabilidade pessoal. Argumentamos incessantemente sobre questões de religião e filosofia, sobre ética e política, mas, em última análise, cada pessoa tem de encarar diretamente a questão pessoal: “O que devo fazer a respeito de meu pecado”?

A realidade de que eu peço e você peca não é debatida por ninguém, exceto pelos mais desonestos dos homens. Nós pecamos. Ofendemos uns aos outros. Atacamos a santidade de Deus. Que esperança temos neste terrível conflito? Podemos negar nosso pecado ou mesmo a existência de Deus. Podemos dizer que não somos responsáveis por nossa vida. Podemos inventar um Deus que perdoa todos sem exigir arrependimento. Todos esses meios são estabelecidos, firmados, em ilusão. Há apenas um que se qualifica como Salvador. Somente ele tem a capacidade de solucionar nosso dilema mais profundo. Somente ele tem o poder da vida e da morte.

Os títulos de Jesus nos dizem quem ele é. No entanto, contido neles, há um tesouro de discernimentos quanto ao que ele fez. Sua pessoa e obra se encaixam no drama da vida. Procedemos, agora, a uma consideração da cronologia da carreira de Jesus, destacando aqueles episódios em que sua pessoa e sua obra se fundiram no plano divino-humano de redenção.



A VIDA DE JESUS

Os relatos da vida e do ministério de Jesus causam controvérsia desde o começo. A narrativa extraordinária das circunstâncias ao redor de Sua concepção e nascimento provoca brados de protesto da parte dos críticos do sobrenaturalismo. Eles têm de começar sua obra de desmistificação bem cedo, passando a tesoura nas primeiras páginas do Novo Testamento. Logo depois da genealogia referida por Mateus, o primeiro parágrafo do primeiro evangelho diz: “Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: estando Maria, sua mãe, desposada com José, sem que tivessem antes coabitado, achou-se grávida pelo Espírito Santo” (Mateus I.18).

Embora o Novo Testamento esteja repleto de milagres que Jesus realizou, para o homem moderno, nenhum milagre parece mais ofensivo do que o nascimento virginal. Se alguma lei da ciência é estabelecida como imutável e inquebrável, essa é a lei de que a reprodução humana não é possível sem a união do espermatozoide com o óvulo. Podemos ter desenvolvido métodos sofisticados de inseminação artificial e de fertilização in vitro, mas, em alguma maneira, o processo de reprodução requer a contribuição de ambos os gêneros da raça para ser bem sucedido.

Portanto, o nascimento de Jesus supera o insuperável, muda o imutável, quebra o inquebrável. Alega-se que este nascimento é um ato pura e simplesmente contra naturam. Antes de lermos sobre as atividades da vida de Jesus, somos lançados contra esta alegação. Muitos cétricos fecham a porta para investigação posterior

depois de lerem a primeira página da narrativa bíblica. A história se parece muito com fantasia, com um tipo de mito e lenda que tende a se formar ao redor de pessoas famosas.

Os argumentos contra o nascimento virginal são muitos. Eles vão desde a acusação de emprestar bagagem mitológica do mundo de fala grega, com análogos evidentes na mitologia pagã (Metamorfoses, de Ovídio, é citada como “Evidência A”), até ao repúdio científico de que o nascimento virginal é um evento único empiricamente inverificável que nega todos os quocientes de probabilidade. Alguns têm oferecido um argumento exegético desesperado que tenta mostrar que o Novo Testamento não ensina a ideia do nascimento virginal. Chamamos isso de exegese do desespero.

O problema real é o milagre. Ele não para no nascimento de Jesus, mas segue-o em Sua vida, ministério, morte, ressurreição e ascensão. A vida de Jesus leva consigo uma aura de milagre onde quer que ela seja descrita nas fontes primárias. Um Jesus “sem milagres” não é o Jesus bíblico, e sim uma invenção daqueles que não podem aceitar a proclamação bíblica. Esse Jesus é o Jesus da incredulidade, o Jesus mais místico de todos, criado para adequar-Se aos moldes preconcebidos da incredulidade.

Por trás do problema do milagre, há certas suposições sobre a realidade de Deus como Criador. A narrativa simples de Mateus suscita questões não somente sobre a partenogênese, mas também sobre a própria gênese. Criação é o evento exclusivo que pode superar todos os eventos inusitados. Não é tão surpreendente que um Deus que tem o poder de trazer o universo à existência a partir do nada (ex nihilo) – sem matéria preexistente com a qual operar, sem meios, mas somente pelo poder onipotente de Sua voz- possa também produzir o nascimento de um bebê por fertilização sobrenatural de um óvulo material no ventre de uma mulher. O que desafia a lógica é o fato de que muitos teólogos afirmam a primeira verdade e negam a segunda. Aditem a origem sobrenatural do universo, mas negam a possibilidade do nascimento virginal de Jesus. Temos de fazer a dolorosa pergunta: eles creem realmente em Deus ou a crença afirmada no Criador é apenas uma convenção social, um véu que cobre uma incredulidade mais fundamental?

A LEI INFLEXÍVEL DA CASUALIDADE

Talvez a lei mais inflexível da natureza seja a lei da casualidade. Efeitos exigem causa. Se o universo é um efeito, no todo ou em parte, ele exige uma causa que seja

suficiente para o efeito. A causa pode ser maior do que seu efeito, mas certamente não pode ser menor. A ciência moderna não rejeitou a lei da casualidade, embora alguns pensadores insensatos tenham procurado fazer isso quando o preconceito o exige. A outra opção à casualidade é que alguma coisa venha do nada, sem nenhuma causa é afirmada: nenhuma causa material, nenhuma causa eficiente, nenhuma causa suficiente, nenhuma causa formal, nenhuma causa final. Essa teoria não é ciência, é mágica. Não pode nem mesmo ser mágica; a mágica requer um mágico. A lei de que alguma coisa não pode vir do nada (*ex nihilo nihil fit*) permanece inatacável.

O cristianismo não afirma um universo que veio do nada? Não afirmamos uma criação *ex nihilo*? Sim, afirmamos. Contudo, esse “nada” se refere à ausência de uma causa material. Há uma causa suficiente para o universo. Há uma causa eficiente para o universo. Há um Deus que tem, em si mesmo, o poder de criar. Deus tem o poder de ser em si mesmo. Essa não é uma afirmação desnecessária, não é também a afirmação dogmática da religião. É um ditame da ciência e da razão. Se algo é, então, algo tem intrinsecamente o poder de ser. Em algum lugar, de algum modo, alguma coisa tem de ter o poder de ser. Se não, resta-nos apenas duas opções: (1) o ser vem do nada ou (2) o nada existe (uma contradição). Estas opções seriam mais miraculosas do que os milagres, se isso fosse possível.

Alguns procuram escapar do dilema por apontarem para o próprio universo ou para alguma parte ainda não descoberta do universo como a fonte eterna do ser. Tentam explicar o mundo presente por dizerem que um ser transcendente ou sobrenatural não é exigido para explicar a presença do ser. Argumentar desta maneira é cair em uma séria confusão de linguagem. O universo exhibe diariamente efeitos. A natureza muda. O próprio significado de sobrenatural ou transcendência se refere a questões de ser. Dizemos que um ser é transcendente não porque ele está espacial ou geograficamente muito além de Marte, e sim porque tem um poder especial de ser – uma ordem mais elevada de ser – definida precisamente como aquilo que tem o poder de ser em si mesmo. O que quer que seja ou onde quer que esteja, isso não é importante. Sei que não reside em mim. Eu não sou isso. Minha própria existência depende disso – e, sem isso, eu sou nada. Sei que sou um efeito, assim como o era a minha mãe e sua mãe, antes dela. Se retrocedermos o problema infinitamente, compomos o problema infinitamente. O homem moderno come um mosquito e engole um camelo quando pensa que pode ter um mundo existente sem um Deus autoexistente.

A questão do nascimento virginal é mais uma questão histórica do que uma questão filosófica. Se alguém que chamamos Deus tem o poder de ser – poder

soberano eficiente, poder causal suficiente – não podemos objetar racionalmente ao nascimento virginal com base no fato de que ele não podia acontecer.

A verdadeira questão não é ele podia acontecer, e, sim, ele realmente aconteceu. E se torna uma questão de história que nos leva outra vez às fontes históricas. As fontes têm de ser aceitas ou rejeitadas com base em sua credibilidade, uma credibilidade que não pode ser determinada pelo preconceito filosófico. O propósito deste capítulo não é primariamente averiguar a veracidade destas fontes históricas – isso exige uma obra separada – e sim repassar o seu conteúdo para que examinemos o único retrato histórico de Jesus que temos ao nosso dispor.

O NASCIMENTO DE JESUS

Mateus começa com uma declaração solene e enfática: “Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim” (Mt 1.18). O propósito de Mateus é contar-nos não somente o que aconteceu, mas também como aconteceu.

Mateus focaliza acentuadamente o caráter extraordinário do nascimento de Jesus, retratando a agonia da consternação de José. José era um homem simples, não ciente da tecnologia sofisticada de nossos dias. Ele não sabia nada sobre a fertilização *in vitro* e desconhecia os debates sobre a partenogênese. Não entendia as regras simples de biologia que são um conhecimento comum de alunos do ensino médio. José viveu em uma época pré-científica, em uma comunidade pré-científica. Além disso, ele não tinha de ser um biólogo erudito para saber que bebês não vêm da cegonha. Temos de lembrar que nascimentos virginais eram tão raros no século I como o são no século XXI.

José era vulnerável *in extremis*. Comprometera sua vida com Maria, confiando na pureza dela em uma sociedade em que o adultério era escandaloso. Sua desposada viera até ele trazendo uma revelação arrasadora: “José, estou grávida”. Em seguida, Maria passou a explicar sua condição, dizendo-lhe ter sido visitada por um anjo que anunciara que ela teria uma criança por obra do Espírito Santo. José reagiu com ternura, pensando em “deixá-la secretamente”. Não há qualquer evidência de raiva ou amargura por parte de José. Ele decidiu não causar o apedrejamento de Maria e começou a pensar em meios de protegê-la das consequências de suas ilusões.

Do texto bíblico, é claro que José foi o primeiro cético resoluto quanto ao nascimento virginal – até que um anjo o visitou e o tornou um convertido à “ilusão”. Nada mais faria isso. Que homem creria nessa história com menos do que evidência miraculosa para confirmá-la?

O caminho desde a concepção de Jesus até ao seu nascimento, desde Zacarias, Isabel, Maria e José até aos pastores nos campos fora de Belém foi cercado por anjos. Eles apareceram em cada ocasião, saturando o evento com o sobrenatural.

Com a atividade dos anjos em plena exibição, o crítico trabalha horas extras com sua tesoura. Ele precisa de uma tesoura elétrica para fazer sua obra, visto que os anjos aparecem no nascimento, na tentação, na ressurreição e na ascensão de Jesus. São prometidos como parte do séquito do retorno de Jesus. As palavras anjo e anjos aparecem mais frequentemente no Novo Testamento do que a palavra pecado. Aparecem mais frequentemente do que a palavra amor. Passe a tesoura em anjos e você se engaja não em criticismo bíblico, mas em vandalismo bíblico.

Peregrinos visitam diariamente lugares sagrados da vida de Jesus. Seguem a rota da Via Dolorosa, argumentam sobre o local autêntico do Gólgota e do sepulcro no jardim. Montes modernos competem por serem reconhecidos como o lugar do Sermão do Monte. Entretanto, os campos fora de Belém não estão sob disputa quanto ao lugar onde a glória de Deus se tornou visível aos pastores, onde os pés dos anjos pisaram o solo da terra. O cenário de esplendor intenso levou esses homens até Belém, obedecendo à ordem: “Ide e vede”.

O BATISMO DE JESUS

O começo do ministério público de Jesus foi marcado por Sua vinda ao rio Jordão e por apresentar-Se a João Batista para ser batizado. O batismo é comum para nós hoje, uma das atividades litúrgicas mais estabelecidas na prática da fé cristã. Os cristãos do século XXI não ficam surpresos com o fato de que Jesus foi batizado; tampouco nos empolgamos com o ministério de João Batista. Todavia, para um judeu do primeiro século, a atividade de João Batista era considerada como radical.

À luz do ensino do Novo Testamento, os cristãos contemporâneos entendem o batismo como um sinal de purificação do pecado. Contudo, o Novo Testamento ensina que Jesus não tinha pecado. Por que, então, o impecável Filho de Deus se apresentaria para receber o batismo, visto que este simbolizada um purificação do pecado?

Naqueles dias, João Batista pregava no deserto da Judéia: “Arrependei-vos, porque está próximo o reino dos céus”; porque ele era o referido por intermédio do profeta Isaías, quando disse: “Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas” (Mateus 3:1-3).

A narrativa bíblica não começa com o ministério público de Jesus, e sim com o ministério público de João Batista. A voz da profecia fora silenciada em Israel havia 400 anos. Entre o tempo de Malaquias e o ministério de João Batista, não se ouviu nem um anúncio profético. A chegada de João Batista marcou uma mudança significativa, não somente na história nacional de Israel, mas também no que chamamos de história redentora. Algo novo estava em cena quando João apareceu cumprindo o retrato e o caráter do precursor de Jesus.

A última profecia que vemos no último parágrafo do Antigo Testamento diz:

Lembrai-vos da Lei de Moisés, meu servo, a qual lhe prescrevi em Horebe para todo o Israel, a saber, estatutos e juízos. Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do Senhor; ele converterá o coração dos pais aos filhos e o coração dos filhos a seus pais, para que eu não venha e fira a terra com maldição. (Malaquias 4:4-6) O último profeta do Antigo Testamento, Malaquias, disse que o profeta Elias retornaria antes que o Messias aparecesse. Por séculos, o povo de Israel esperou, planejou e aguardou o retorno de Elias. Quando Elias deixou este mundo, sua partida foi extraordinária. Ele escapou das dores normais da morte, sendo levado em corpo ao céu, em um carro de fogo. Por causa de sua partida incomum, havia uma atmosfera de mistério atrelada a este homem.

João Batista era uma pessoa estranha. Ele veio do deserto, o lugar tradicional de encontro entre Deus e o seu povo, onde os profetas iam para ter comunhão com Deus e recebiam sua mensagem de Yahweh. Usava roupas esquisitas, feitas de pelos de camelo. Comia gafanhotos selvagens e mel. Em resumo, ele parecia um homem selvagem, um excêntrico na sociedade. Nisto, ele ecoava o estilo de Elias.

A reação pública para com João Batista foi eletrizante. Quando as multidões afluíram para vê-lo, o Sinédrio mandou delegados ao rio Jordão, para investigar. A primeira pergunta deles foi: “És tu Elias?” João respondeu misteriosamente: “Não sou... Eu sou a voz do que clama no deserto: Endireitai o caminho do Senhor”. João disse que ele não era Elias. Quando fizeram a Jesus esta mesma pergunta a respeito de João Batista, ele declarou aos seus discípulos: “(...) ele mesmo é Elias, que estava para vir” (Mateus 11:14). Esta declaração de Jesus foi proferida com palavras enigmáticas de prefácio: “Se o quereis reconhecer”. Jesus estava anunciando que a profecia de Malaquias, no Antigo Testamento, foi cumprida no ministério de João Batista. Não havia identidade exata entre João e Elias – João não era uma reencarnação de Elias. No entanto, ele restabeleceu o ministério, o poder e o ofício de Elias. João Batista veio no espírito de Elias, cumprindo a missão de Elias.

Quando propomos a pergunta: “Quem é o maior profeta no Antigo Testamento?”, a lista de candidatos inclui frequentemente gigantes proféticos como Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel. Há um que está acima de todos eles, reivindicando esta honra singular – João Batista. Ele era um profeta do Antigo Testamento. Seu ministério é registrado no Novo Testamento, e suas atividades aconteceram naquilo que ainda era a história do Antigo Testamento. Jesus declarou: “Todos os Profetas e a Lei profetizaram até João” (Mateus 11:13). A palavra até, neste texto, carrega a força de “até e incluindo”. João Batista tanto fecha a linha de profetas do Antigo Testamento como provê uma ponte, uma transição para o Novo Testamento.

Jesus declarou que “entre os nascidos de mulher, ninguém apareceu maior do que João Batista; mas o menor no reino dos céus é maior do que ele” (Mateus 11:11). Como pode ser isto? Suponha que eu me qualifique para a posição de o menor no reino. Isso me torna maior do que João Batista? Maior em que sentido? Mais dedicado? Mais justo? Mais instruído? Não, de maneira alguma. Jesus estava dizendo que todo aquele que vive deste lado da cruz, deste lado da ressurreição, deste lado da nova aliança, deste lado da inauguração do reino de Deus desfruta de situação muito melhor, de uma bem-aventurança muito maior do que a de João Batista. João foi uma testemunha ocular de Jesus de Nazaré e o arauto do reino de Deus que estava chegando, mas ele morreu antes de o reino ser inaugurado.

João Batista pertence à linha de profetas do Antigo Testamento, mas difere de todos eles em um ponto crucial. Os profetas do Antigo Testamento predisseram que um dia o Messias viria, “um dia” obscurecido por vagas referências ao futuro. João foi designado por Deus para ser o arauto, o precursor que anunciou o Messias. Aquele “um dia” se tornou os dias de João. Sua mensagem não era “Arrependei-vos porque o reino de Deus virá”, e sim “Arrependei-vos, porque está próximo o reino dos céus”. O reino estava ali!

João usou duas metáforas importantes para chamar a atenção para a urgência do momento. Ele disse: “Já está posto o machado à raiz das árvores” e: “A sua pá, ele a tem na mão” (Lucas 3:9,17). Estas figuras de João transmitem a imagem de um madeireiro que vai à floresta com seu machado e começa a cortar uma grande árvore. Ele golpeia o lado exterior da madeira e vê que ainda resta uma enorme tarefa. À medida que seu trabalho progride, o machado penetra o núcleo da árvore, e o carvalho gigante cambaleia sob um tênue fio de madeira. Mais um golpe do machado faz a árvore cair ao chão. Aquele era o momento de irrompimento do reino. João Batista estava dizendo que o reino estava prestes a chegar com violência.

A imagem do agricultor com sua pá na mão foi extraída do ambiente agrícola dos dias de João. Ele se referia ao instrumento de joeiramento que os lavradores usavam para separar o trigo e a palha. O lavrador sacudia a mistura de trigo e palha e a lançava ao ar, onde as ondas de vento eram suficientemente fortes para levar embora a palha. O lavrador estava além do tempo de preparação. Já estivera no barracão de ferramentas para pegar sua pá de joeiramento. Chegara o momento de pegar essa pá e realizar o trabalho de separação. João Batista falava a respeito desse momento da história, o momento crítico quando os homens serão julgados, quer sejam a favor do reino, quer sejam contra o reino. O Rei chegou, e Sua chegada traz crise à humanidade.

O batismo que João iniciou tinha muitos pontos de continuidade e correspondência com o rito de batismo posterior que Jesus instituiu, o qual se tornou uma ordenança da Igreja, mas os dois não eram precisamente o mesmo. O batismo de João foi tencionado e direcionado exclusivamente para Israel, para chamar a nação judaica à prontidão para a vinda de seu rei. As origens do batismo se acham no Antigo Testamento, quando os convertidos ao judaísmo eram submetidos a um rito de purificação chamado batismo de prosélito. Para que um gentio se tornasse judeu, ele tinha de fazer três coisas: fazer uma profissão de fé em que aceitava os ensinamentos da lei e dos profetas, ser circuncidado e ser purificado pelo banho de batismo de prosélito. O gentio era considerado imundo e impuro. Para entrar na família de Israel, ele tinha de tomar um banho. A dimensão radical do ministério de João era que ele exigia que os judeus se submetessem ao batismo. Os líderes de Israel não ignoraram a ofensa escandalosa na mensagem de João. Ele dizia: “O reino de Deus está chegando e vocês não estão prontos. Aos olhos de Deus, vocês são tão imundos e tão impuros quanto os gentios”. O povo humilde da comunidade reconheceu sua necessidade de purificação, mas o clero ficou irado. O ministério de João provocou tanta reação popular, que o grande historiador Josefo deu mais espaço ao seu relato sobre João Batista do que sobre Jesus.

Quando Jesus apareceu no rio Jordão, João prorrompeu em uma litania de louvores, saudando Jesus como o Cordeiro de Deus. Ele declarou que Jesus tinha de crescer, enquanto ele devia diminuir, e que ele, João, era indigno de curvar-se e desatar as sandálias de Jesus. Estas afirmações de exaltação caíram por terra quando Jesus se aproximou e disse a João: “Quero que você me batize”. João se mostrou incrédulo e retraiu-se de horror em face da sugestão de que deveria batizar o Cristo. João tentou mudar a situação, para que fosse batizado por Jesus, mas Cristo recusou.

O entendimento teológico de João era limitado. Ele sabia que o Messias tinha de ser o Cordeiro de Deus e que o cordeiro pascal tinha de ser sem mancha. Mas ele se inquietou com o fato de que Jesus veio até ao rio como um judeu sujo que precisava tomar um banho.

As palavras exatas que Jesus falou a João são importantes para nosso entendimento deste evento: “Deixa por enquanto, porque, assim, nos convém cumprir toda a justiça” (Mateus 3:15). Com estas palavras, Jesus abafou uma longa discussão sobre teologia. Em essência, Ele disse: “Faça apenas o que eu lhe digo, João. Depois, haverá tempo para entender isso”.

Jesus foi batizado para cumprir toda a justiça. Isto era coerente com Sua missão de cumprir os detalhes da lei. Jesus tomou sobre si mesmo cada obrigação que Deus impôs sobre a nação judaica. Para ser Aquele que levaria o pecado da nação, ele tinha a incumbência de cumprir cada exigência que Deus requeria de Israel. Jesus era escrupuloso, meticoloso e, na verdade, exato em seu zelo pela lei de seu Pai. Foi apresentado como criança no templo, foi circuncidado e aceitou a nova obrigação de batismo que Deus havia imposto sobre a nação.

O batismo de Jesus não somente carregava o sinal de Sua identificação com um povo pecador, marcava a Sua consagração, Sua unção para a missão que o Pai lhe dera. Seu batismo selou o seu destino, tornando-o resoluto a ir para Jerusalém. Em ocasião posterior, falando aos seus discípulos, Jesus disse: “Podeis vós... receber o batismo com que eu sou batizado?” (Marcos 10:38). Ele foi batizado para morrer. Foi designado para ser o Cordeiro sacrificial, e em Sua ordenação os céus se abriram e Deus falou audivelmente: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mateus 3:17).

A TENTAÇÃO DE CRISTO

O Novo Testamento relata que logo depois de Jesus passar pelo rito do batismo, ele foi levado pelo Espírito Santo ao deserto, para ser tentado. Ele acabara de ouvir a voz do céu que disse: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo”. E o Espírito descera sobre ele na forma de uma pomba. O mesmo Espírito “levou” Jesus (ele não o convidou, não lhe pediu, nem o seduziu) ao deserto.

Como o Novo Testamento pode falar sobre Deus levando Jesus à tentação? Somos informados explicitamente, em Tiago 1:13, que ninguém deve afirmar que, ao ser tentado, é tentado por Deus, pois as nossas tentações vêm como resultado de nossa própria concupiscência e disposições pecaminosas. Jesus foi uma exceção a

esta regra? A palavra tentar é usada em, pelo menos, duas maneiras diferentes nas Escrituras. Por um lado, há o sentido de tentação que sugere uma sedução ou incitação ao pecado. Deus nunca faz isso. Por outro lado, há a tentação que carrega o sentido de “ser colocado ao teste” ou passar por um teste de provação moral. Este é o sentido que descreve a provação de Jesus no deserto.

A tentação de Cristo oferece um correspondente exato à provação de Adão no jardim do Éden. Observamos tanto as similaridades como as diferenças entre o primeiro Adão, de Gênesis, e aquele que o Novo Testamento chama de o segundo Adão, Jesus. Ambos foram provados não somente em benefício deles mesmos, mas também em favor de outros. O teste de Adão foi para toda a raça humana. Como o cabeça da raça humana, Adão representava toda a humanidade. A sua queda foi a nossa queda. Jesus representava uma nova humanidade quando encarou os ardores da nova provação.

Os respectivos lugares dos testes proveem um estudo em contrastes. A tentação de Jesus ocorreu em uma seção desolada dos montes remotos do deserto da Judeia, um terrível pedaço de terra. As únicas criaturas nativas do lugar eram aranhas, serpentes escorpiões e alguns pássaros. Era rochoso, estéril e quente, não apropriado para nenhum ser humano, nenhum animal. O teste de Adão aconteceu em um jardim de paraíso adornado com arredores magníficos e gloriosos. Enquanto Adão contemplava uma paisagem de magnificência floral, Jesus fitava um amontoado de pedras.

Jesus suportou a tentação, sozinho, naquilo que Soren Kierkegaard chamou de a pior situação de ansiedade humana, solidão existencial. Jesus estava totalmente sozinho. Adão foi provado enquanto desfrutava de ajuda e encorajamento de uma companheira que Deus criara para ele. Adão foi provado em meio à comunhão, na verdade, intimidade humana. Jesus, porém, foi provado em meio à tristeza da privação da comunhão humana.

Adão foi provado em meio à festa. Seu lugar era um sonho de iguarias. Enfrentou a Satanás com o estômago cheio e com o apetite saciado. Todavia, ele sucumbiu à tentação de satisfazer-se com mais um bocado de comida. Jesus foi tentando depois de quarenta dias de jejum, quando todas as fibras de seu corpo gritavam por comida. Sua fome alcançara uma intensificação progressiva, e foi naquele momento de intenso desejo físico que Satanás veio com a tentação para quebrar o jejum.

No entanto, a semelhança nos testes é o mais importante a assimilarmos. A questão central, o ponto de ataque, era a mesma. Em nenhum dos casos, a comida era o fator essencial. O fator essencial era a obediência a Deus. O teste não era uma

questão de crer na realidade de Deus, e sim de confiar nele. Na mente de Adão, não havia dúvida de que Deus existia. Ele gastara tempo em comunicação face a face com Deus. Jesus estava igualmente certo da existência de Deus. A prova se centralizou em confiar em Deus nos momentos cruciais.

A serpente, descrita em Gênesis como o mais sagaz de todos os animais selvagens, se introduziu no idílico domínio de Adão e Eva. Seu ataque inicial não foi direto, mas veio na forma de uma insinuação. Ele fez uma pergunta simples, que ocultava um pensamento blasfemo. Uma tênue película de dúvida foi repentinamente aplicada à integridade da Palavra de Deus. “É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?” (Gênesis 3:1).

Esta pergunta foi ridícula, tão descaradamente falsa que Eva não podia ter ignorado o erro que ela continha. Como um primitivo tenente Colombo, a serpente predispôs

Eva por mostrar-se ingênua, por manipulá-la para que subestimasse a sua esperteza. Eva foi rápida em corrigir o erro. É claro que Deus não fizera nenhuma proibição tão abrangente. Pelo contrário, Deus havia dito que eles podiam comer livremente de todas as árvores do jardim, exceto uma. A restrição era leve e trivial, se comparada com a vastidão de liberdade outorgada no jardim.

A sugestão sutil já estava apresentada. O propósito oculto estava fazendo a sua obra, sugerindo a ideia que o filósofo francês Jean-Paul Satre formalizou: se o homem não é totalmente livre, se ele não goza de autonomia, ele não é verdadeiramente livre, de maneira alguma. Se a liberdade não é total, ela é apenas uma ilusão, uma fachada que oculta a realidade da servidão. Esta foi a insinuação da serpente, uma sugestão aceita não somente por Eva, mas também por todos os seus filhos. Se aprovamos a todos os pedidos de nossos filhos por quinze vezes seguidas e, depois, quebramos a sequência com um “não”, a reação imediata é: “Você nunca me deixa fazer nada”.

Dê crédito a Eva. Ela enfrentou com valor a primeira onda de ataque da serpente. Defendeu a honra de Deus por corrigir a história. Mas a serpente mudou a tática habilmente, movendo-se logo para um ataque direto, com uma marreta diabólica: “É certo que não morrereis... e sereis como Deus” (Gênesis 3:4-5). Satanás não estava oferecendo um pedaço de fruta, mas sustentou a promessa de deificação. Suas palavras foram uma contradição clara e direta do que Deus havia dito.

Há uma ironia trágica na tese que alguns teólogos contemporâneos adotaram. Alérgicos à racionalidade e duvidosos da lógica, eles se gloriam na mistura de cristianismo com filosofia existencial. O mote decreta que “a contradição é a marca

distintiva da verdade”. Dizem que a verdade é tão elevada, tão santa, que não somente transcende o poder da razão, mas vai contra ela. A verdade religiosa é não somente sobrenatural; mas vai além, é também considerada contrarracional.

Aplique este lema ao teste de Adão. Ele, desfrutando de uma hábil inteligência ainda não afetada pelas consequências da queda ouve as palavras da serpente. Imediatamente, Adão reconhece que as palavras da serpente colidem com as de Deus. Deus havia dito que, se comessem daquela árvore, eles morreriam. A serpente dissera que, se comessem, eles não morreriam. Adão aplica os cânones da lógica à proposição. “Se você faz A, B acontecerá necessariamente”, disse Deus. “Se você faz A, B não acontecerá”, disse a serpente. “Ah!”, cogitou Adão, “isso viola a lei da não-contradição”. Adão segue o pensamento com análise rigorosa. A serpente fala uma contradição. Contradição é a marca distintiva da verdade. Deus é a verdade. Como deveríamos esperar, por meio de lógica inflexível, a única conclusão de Adão é que a serpente é um embaixador de Deus. Agora, comer do fruto proibido é não somente privilégio de Adão, mas também seu dever moral. Resistir às contradições da verdade é resistir à marca distintiva da verdade. Neste modo de pensar, a queda de Adão não foi realmente uma queda, e sim um grande salto que a humanidade deu rumo ao progresso.

Chamar a contradição de marca distintiva da verdade é chegar ao ponto mais baixo de teologia. Você não pode descer mais. Se a contradição anuncia a verdade, não temos meios de distinguir entre a verdade e a mentira, entre a obediência e a desobediência, entre a justiça e a injustiça, entre Cristo e o anticristo. Biblicamente, a contradição é marca distintiva da mentira. A verdade pode ser misteriosa, até paradoxal, mas nunca, nunca, nunca contraditória. A serpente falou a primeira contradição, e Jesus declarou francamente que Satanás é um mentiroso desde o princípio, o pai das mentiras. Adão aceitou a mentira. Anelou pelo trono de Deus, difamando a veracidade de seu Criador, naquele ato.

Jesus enfrentou a mesma coisa em seu teste. A mesma sutileza foi empregada na abordagem inicial de Satanás: “Se és Filho de Deus, manda que estas pedras se transformem em pães” (Mateus 4:3 – ênfase acrescentada). Observe que Satanás não apresentou suas palavras de tentação por dizer: “Visto que tu és o Filho de Deus...” Quais foram as últimas palavras que Jesus ouviu antes de entrar no deserto? Deus anunciara audivelmente, do céu: “Este é o meu Filho amado...” Estas palavras podem ser difíceis de serem acreditadas depois de alguém passar 40 dias de privação. Dificilmente Jesus estava gozando das prerrogativas de Príncipe do Céu. O ataque

sutil de Satanás foi o mesmo ponto de invasão que operou com tanto sucesso no Éden: “É assim que Deus disse?”

Jesus repeliu a sutileza com uma resposta inequívoca: “Está escrito...” Estas palavras eram uma forma semítica de dizer: “A Bíblia diz...” Ele repreendeu a Satanás com uma citação das Escrituras: “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mateus 4:4). Era como se Jesus estivesse dizendo: “É claro que eu estou com fome. Já sei que posso transformar pedra em pães. Mas algumas coisas são mais importantes do que pães. Eu vivo pela Palavra de Deus. Isso é minha vida”.

O Diabo se recusou a desistir. Ele levou Jesus ao pináculo do templo e o testou novamente: “Se és Filho de Deus, atira-te abaixo, porque está escrito: Aos seus anjos ordenará a teu respeito” (Mateus 4:6 – ênfase acrescentada). Satanás citou as Escrituras, torcendo-a para cumprir seus próprios objetivos. O teste era claro: “Se a Palavra de Deus é verdadeira, ponha-a a prova. Pule e veja se os anjos o pegarão”.

Jesus respondeu as Escrituras com as Escrituras, lembrando a Satanás que a Bíblia proíbe o tentar a Deus. Talvez o diálogo tenha sido mais ou menos assim: “Eu sei, Sr. Satanás, que você é um estudante astuto da Bíblia. Você até já guardou em sua memória partes salientes dela. Mas a sua hermenêutica é ordinária. Você coloca as Escrituras em oposição às Escrituras. Sei que o Pai prometeu que colocaria os anjos para cuidarem de mim. Não tenho de pular do pináculo do templo para provar isso. Agora mesmo o Pai está me testando; eu não o estou tentando”.

Satanás ainda se recusou a render-se. Ele levou Jesus a uma montanha muito alta e lhe mostrou todos os reinos do mundo e disse: “Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares” (Mateus 4:9). Eles estavam em um lugar distante, longe dos olhos de observadores. Ninguém podia notar um pequeno ato de traição. Somente um leve genuflexo, um sutil ajoelhar, era necessário. Por que não?

O Pai já tinha prometido a Jesus todos os reinos do mundo, mas o preço disso era a cruz. Não podia haver exaltação sem humilhação. Satanás ofereceu um caminho mais fácil. Nenhum cálice amargo, nenhuma paixão, nenhuma zombaria. Um dobrar de joelhos e o mundo seria de Cristo.

Jesus respondeu: “Está escrito: Ao Senhor, teu Deus, adorarás, e só a ele darás culto” (Mateus 4:10). Não poderia haver nenhum comprometimento.

Você pode ouvir o diálogo expresso em termos do século XXI? Satanás acusa: “Jesus, você é rígido e intolerante. É tão pedante a respeito das Escrituras, que escolherá a morte em lugar de comprometer uma simples linha das Escrituras? Você não entende que a lei que você cita está ultrapassada? Ela vem do Pentateuco, e

sabemos agora que Moisés não o escreveu. O Pentateuco reflete as crenças primitivas de um homem inculto, enclausurado em mitologia primitiva e em tabus supersticiosos”.

“Sinto muito”, disse Jesus. “Estas são as Escrituras, e as Escrituras não podem ser violadas.”

Jesus creu em Deus, por isso Satanás o deixou. Onde Adão fracassou, Jesus venceu. Onde Adão comprometeu, Jesus recusou negociar. Onde a confiança de Adão em Deus falhou, Jesus nunca vacilou. O segundo Adão triunfou por si mesmo e por nós.

Um fato análogo deve ser observado. No final do teste de Jesus, anjos apareceram para servi-Lo, exatamente como o Pai prometera. Adão também viu um anjo. Seu anjo portava uma espada flamejante, enquanto mantinha guarda às portas do paraíso. A espada baniu Adão para que vivesse a leste do Éden.

A PAIXÃO DE CRISTO

Se algum evento que já ocorreu neste planeta é tão elevado e tão santo para compreendermos, este evento é a paixão de Cristo – sua morte, expiação e abandono por parte do Pai. Ficaríamos totalmente intimidados de falar sobre isso, não fosse pelo fato de que Deus, em sua Palavra, colocou ao nosso dispor a revelação do significado deste evento. Nesta seção, quero focalizar a interpretação bíblica da morte de Cristo, na cruz.

Sempre que discutimos um acontecimento histórico, revemos os fatos e, às vezes, argumentamos sobre o que realmente aconteceu, o que foi dito, o que foi observado. Entretanto, uma vez que concordamos nos fatos (ou concordamos para discordar), somos deixados com a pergunta mais importante que podemos fazer: qual é o significado do acontecimento?

As pessoas que viram Cristo andar com dificuldade em direção ao Gólgota, que o viram ser entregue aos romanos e assistiram à Sua crucificação, entenderam de maneiras diferentes o significado deste acontecimento. Houve aqueles que pensaram estar vendo apenas a execução justa de um criminoso. Caifás, o sumo sacerdote, disse que a morte de Cristo era conveniente e que ele tinha de morrer pelo bem da nação. Caifás viu a crucificação como um ato de pacificação política. Um centurião que viu como Jesus morreu disse: “Verdadeiramente este era Filho de Deus” (Mateus 27:54). Pôncio Pilatos, os dois ladrões que foram crucificados ao lado de Jesus – todos, ao que parece, tiveram um entendimento diferente do que a cruz significava.

A cruz tem sido um tema favorito de especulação teológica por dois mil anos. Se examinássemos as várias escolas de pensamento teológico de nossos dias, descobriríamos uma multidão de teorias competidoras quanto ao que realmente aconteceu na cruz. Alguns dizem que a cruz foi uma ilustração suprema de amor sacrificial. Outros dizem que ela foi o ato supremo de coragem existencial, enquanto outros afirmam que a cruz foi um ato cósmico de redenção. E a disputa prossegue.

No entanto, não somente temos o registro dos acontecimentos nas Escrituras, primariamente nos evangelhos, mas também temos a interpretação de Deus quanto a esses acontecimentos, primariamente nas epístolas. Em Gálatas 3:13, Paulo discute o significado da cruz, resumindo todo o ensino do capítulo em único versículo: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)”.

Este tema de maldição teria sido entendido claramente por um judeu informado do mundo antigo, mas em nossos dias ela tem um tom estranho atrelado a si. Para nós, o próprio conceito de “maldição” tem a ideia de algo supersticioso. Quando eu ouço a palavra “maldição”, penso em Oil Can Harry do seriado *The Perils of Pauline* (Os Perigos de Paulina), que diz: “Maldição, derrotado novamente!”, quando o herói salva a heroína das suas armadilhas. Outra pessoa talvez pense no comportamento das tribos primitivas que praticam vodu, em que pequenos bonecos são perfurados por pinos como uma maldição sobre um inimigo. Podemos pensar na maldição da tumba da múmia nos filmes de terror de Hollywood, com Vincent Price e Bela Lugosi. Em nossos dias e época, uma maldição é considerada algo que pertence ao âmbito da superstição.

Na Bíblia, uma maldição tem um significado diferente. No Antigo Testamento, uma maldição se refere ao juízo negativo de Deus. É o antônimo, o oposto, da palavra bênção. Suas raízes se acham nos relatos de entrega da lei, no livro de Deuteronômio, quando a aliança foi estabelecida com Israel. Não houve nenhuma aliança sem sanções vinculadas a ela, sem provisões para os que guardavam os termos da aliança e sem punição para os que a violavam. Deus disse ao seu povo: “Eis que, hoje, eu ponho diante de vós a bênção e a maldição: a bênção, quando cumprirdes os mandamentos do Senhor, vosso Deus, que hoje vos ordeno; a maldição, se não cumprirdes os mandamentos do Senhor, vosso Deus, mas vos desviardes do caminho que hoje vos ordeno, para seguides outros deuses que não conhecestes” (Deuteronômio 11:26-28). A maldição é o julgamento de Deus sobre a desobediência, sobre as violações de sua lei santa.

O significado da maldição pode ser assimilado mais plenamente por contrastá-la com o seu oposto. A palavra bendito é definida frequentemente, no hebraico, em termos de bastante concretos. No Antigo Testamento, depois que a comunhão com Deus foi quebrada no Éden, as pessoas ainda podiam ter um relacionamento de proximidade com Deus, mas havia uma proibição absoluta. A ninguém foi permitido ver a face de Deus. Esse privilégio, a visão beatífica, foi reservado para o cumprimento final de nossa redenção. Esta é a esperança que temos, que um dia seremos capazes de contemplar diretamente a face de Deus. Ainda estamos sob o mandato “homem nenhum verá a minha face e viverá” (Êxodo 33:20). Entretanto, a esperança judaica sempre foi a de que, um dia, esta punição pela queda do homem seria removida. A bênção hebraica ilustra isso:

O Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o rosto sobre ti e tenha misericórdia de ti; o Senhor sobre ti levante o rosto e te dê a paz. (Números 6:24-26) Este é um exemplo do paralelismo hebraico. Cada uma dos três versos diz a mesma coisa: que o Senhor abençoe; que o Senhor faça resplandecer o rosto sobre ti; que o Senhor sobre ti levante o rosto. Os israelitas entenderiam a bênção de modo concreto: ser abençoado era ser capaz de contemplar a face de Deus. Uma pessoa desfrutaria da bênção somente em graus relativos: quanto mais próximo alguém estava do relacionamento face a face, tanto mais abençoado ele era. Em contrário, quanto mais distante alguém estava desse relacionamento face a face, tanto maior era a maldição. Assim, por contraste, a maldição de Deus no Antigo Testamento envolvia ser removido totalmente da presença de Deus. A maldição plena impedia um vislumbre, mesmo à distância, da luz da face de Deus. Proibia até a glória refratada de um raio da luz esplendorosa que emanava da face de Yahweh.

Este simbolismo foi executado na história de Israel e se estendeu à liturgia do povo judeu. Ele se aplicou à posição do tabernáculo, a tenda da congregação, que foi planejada para simbolizar a promessa de que Deus estaria no meio do seu povo. Deus ordenou que o povo erguesse suas tendas, por tribos, de um modo que ficassem reunidos ao redor do ponto central da comunidade, onde estava o tabernáculo, o lugar da habitação de Yahweh. Unicamente o sumo sacerdote tinha permissão de entrar no meio do tabernáculo, o Santo dos Santos, apenas uma vez por ano, no Dia da Expição. Mesmo nesse dia, ele podia entrar no lugar sagrado somente depois de longas abluções e ritos de purificação. Deus estava no meio do seu povo, mas eles não podiam entrar no santuário mais interior do tabernáculo, que simbolizava o seu lugar de habitação.

No Dia da Expição, dois animais eram envolvidos nas cerimônias litúrgicas, um cordeiro e um bode expiatório. O sacerdote sacrificava o cordeiro no altar pelos pecados do povo. O sacerdote também tomava o bode expiatório e colocava suas mãos sobre ele, simbolizando a transferência dos pecados da nação para as costas do bode. Imediatamente, o bode expiatório era levado para fora do acampamento, ao deserto, aquele lugar ermo de desolação remota – para as trevas exteriores, longe de qualquer proximidade da presença de Deus. O bode expiatório recebia a maldição. Ele era removido da terra dos viventes, banido da presença de Deus.

Para assimilar o significado desta ação em sua relação com a morte de Cristo, precisamos ir ao Novo Testamento. João começa o seu evangelho escrevendo: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.” O mistério da Trindade tem pasmado a nossa mente por séculos. Sabemos que há um sentido em que o Pai e o Filho são um, mas eles devem ser distinguidos e existe um relacionamento singular. O relacionamento, como João o explicou, é descrito pela palavra “com”. O Verbo estava com Deus. Literalmente, João estava dizendo que o Pai e o Filho têm um relacionamento face a face, precisamente o tipo de relacionamento que os judeus não podiam ter com o Pai. O judeu do Antigo Testamento podia ir ao tabernáculo e estar “com” (o grego *sun*, que significa “com” no sentido de presente em um grupo) Deus, mas ninguém jamais poderia estar face a face (o grego *pros*, que significa “com” no sentido de face a face) com Deus.

Quando examinamos a crucificação, é importante lembrarmos que o relacionamento de Jesus com o Pai representa o clímax em bênção e que a ausência disso era a essência da maldição. Quando lemos a narrativa da paixão de Jesus, certas coisas se destacam. O Antigo Testamento nos ensina que o seu próprio povo o entregou aos gentios, aos estranhos e alheios à aliança. Depois de seu julgamento diante das autoridades judaicas, Jesus foi enviado aos romanos, para ser julgado. Ele não foi executado pelo método judaico de apedrejamento, pois as circunstâncias da história mundial impediam essa opção naquele tempo. Quando a pena capital era exercida sob a ocupação romana, ela tinha de ser realizada pelas cortes romanas; por isso, a execução tinha de ser pelo método romano de crucificação. É significativo que Jesus tenha sido morto pelas mãos dos gentios fora do arraial. Sua morte aconteceu fora da cidade de Jerusalém; ele foi levado ao Gólgota. Todas estas atividades, quando entremeadas, indicam a reencenação do drama do bode expiatório que recebia a maldição.

Paulo nos diz que, na lei de Deuterônomo, a maldição de Deus estava sobre todo aquele que era pendurado num madeiro, uma maldição que não seria

necessariamente atribuída aos que sofriam morte por apedrejamento. Jesus foi pendurado numa cruz, cumprindo nos mínimos detalhes todas as provisões do Antigo Testamento para a realização do julgamento divino. O Novo Testamento vê a morte de Jesus como mais do que um ato isolado ou uma ilustração de coragem e amor, embora Sua morte possa ilustrar essas coisas. Antes, a Sua morte é um evento cósmico, uma morte expiatória; é uma maldição derramada sobre Cristo em nosso favor.

O teólogo suíço Karl Barth disse que a palavra mais importante em todo o Novo Testamento é a palavra grega *huper*. A palavra *huper* significa apenas “em favor de”. A morte de Jesus aconteceu em nosso favor. Ele tomou a maldição da lei por mim e por você. O próprio Jesus disse isso de muitas maneiras diferentes: “Dou a minha vida pelas ovelhas... Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou” João 10:15, 18); “Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Marcos 10:45). Estas figuras do Novo Testamento ressaltam o conceito da substituição.

Certa vez fiz uma palestra pública sobre o relacionamento entre a velha e a nova aliança. No meio da palestra, um homem se levantou no fundo da sala. Ele ficou bravo quando sugeri que a morte de Jesus Cristo foi uma morte expiatória, uma morte vicária em favor de outras pessoas. Ele gritou do fundo da sala: “Isso é primitivo e obsceno!” Depois de refazer-me da surpresa e reunir meus pensamentos, respondi: “Essas são as duas melhores palavras descritivas que já ouvi para caracterizar a cruz”.

O que poderia ser mais primitivo? Uma encenação sangrenta como esta, com todo o drama e ritual, é remanescente de tabus primitivos. É tão simples que até o mais iletrado, o mais ingênuo pode entendê-la. Deus nos provê um meio de redenção que não é limitado à elite intelectual, mas é tão grosseiro, tão rude, que as pessoas primitivas podem compreendê-lo, e, ao mesmo tempo, tão sublime que traz admiração aos mais brilhantes teólogos.

Gostei particularmente da segunda palavra – obsceno. É uma palavra muito apropriada porque a cruz de Cristo foi o acontecimento mais obsceno na história da humanidade. Jesus Cristo se tornou uma obscenidade. No momento em que ele esteve na cruz, o pecado do mundo lhe foi imputado como o era ao bode expiatório. A obscenidade do assassino, a obscenidade da prostituta, a obscenidade do sequestrador, a obscenidade do caluniador, a obscenidade de todos esses pecados, visto que ofendem as pessoas em seu mundo, foram num momento focalizadas em

um único homem. Uma vez que Cristo aceitou isso, ele se tornou a encarnação do pecado, o modelo absoluto de obscenidade.

Há um sentido em que na cruz Cristo foi a pessoa mais grotesca e imunda na história do mundo. Em e de si mesmo, ele era um cordeiro sem manchas – impecável, perfeito e majestoso. Entretanto, por imputação, toda a feiura da violência humana foi concentrada em Sua pessoa.

Visto que o pecado foi concentrado em Jesus, Deus o amaldiçoou. Quando a maldição da lei foi derramada sobre Jesus, ele experimentou um sofrimento nunca experimentado nos anais da História. Tenho ouvido sermões descritivos sobre as dores excruciantes dos cravos nas mãos, de estar pendurado numa cruz e das dimensões torturantes da crucificação. Tenho certeza de que eles são todos exatos e de que aquela era uma maneira terrível de alguém ser executado. Contudo, milhares de pessoas na história do mundo passaram pelo sofrimento pungente da crucificação. Somente um homem sentiu o sofrimento de toda a ira inflexível de Deus. Quando Jesus a sentiu, ele clamou: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Marcos 15:34). Alguns dizem que ele fez isso apenas para citar Salmos 22. Outros dizem que ele estava desorientado pelo seu sofrimento e não entendia o que estava acontecendo. Deus o abandonou, certamente. Esse é o cerne da expiação. Sem abandono, não há maldição. Naquele momento, no espaço e no tempo, Deus virou as costas para seu Filho.

A intimidade do relacionamento pros que Jesus experimentava com o Pai foi rompida (em sua natureza humana). Naquele momento, Deus apagou as luzes. A Bíblia nos diz que o mundo foi envolvido por trevas, Deus mesmo testemunhando do trauma daquela hora. Jesus foi abandonado, foi amaldiçoado e sentiu isso. A palavra paixão significa “sentir”. Em meio ao seu abandono, duvido que Jesus estava consciente dos cravos em Suas mãos ou dos espinhos em Sua cabeça. Ele foi separado do Pai. Isso foi obsceno, mas foi belo, porque por meio desta separação podemos um dia experimentar a plenitude da bênção de Israel. Contemplaremos, sem véu, a luz da face de Deus.

A RESSURREIÇÃO DE JESUS

A vida de Jesus segue um padrão geral de movimento da humilhação à exaltação. O movimento não é estritamente linear, visto que ele é intercalado com vinhetas de contraste. A narrativa do nascimento contém tanto ignomínia como majestade. O ministério público de Jesus atrai louvor e desprezo, aceitação e rejeição, clamores de

“Hosana!” e “Crucifica-o!”. Próximo à sombra da morte, ele exibiu a glória translúcida da transfiguração.

A transição da piedade da cruz para a grandeza da ressurreição não é abrupta. Há um crescer que se avulta até ao momento de romper as vestes do sepulcro e a mortalha do túmulo. A exaltação começa com a descida da cruz imortalizada na arte cristã clássica pela Pietá. Com a cessão do corpo de Jesus, as regras foram quebradas. Em circunstâncias judiciais normais, o corpo de um criminoso crucificado era descartado pelo Estado, sendo lançado sem cerimônia no gehenna, o depósito do lixo da cidade, fora de Jerusalém. Ali o corpo era queimado, sendo submetido a uma forma de cremação pagã, privado da dignidade do tradicional sepultamento judaico. Os fogos do gehenna queimavam incessantemente, como uma medida de saúde pública necessária, para livrar a cidade de seu refugio. O gehenna foi empregado por Jesus como uma metáfora apropriada para falar do inferno, um lugar onde as chamas nunca se apagam e o verme nunca morre.

Pilatos fez uma exceção no caso de Jesus. Talvez ele sentiu o peso na consciência e foi levado, por compaixão, a ceder ao pedido de que Jesus fosse sepultado. Ou talvez ele tenha sido movido por uma Providência poderosa, que garantiria o cumprimento da profecia de Isaías quanto ao fato de que Jesus teria a Sua sepultura com o rico, ou da promessa de Deus de que não deixaria o seu Santo ver corrupção. O corpo de Cristo foi ungido com especiarias e envolvido em lençóis de linho, para ser colocado no sepulcro que pertencia ao patrício José de Arimateia.

Por três dias, o mundo esteve mergulhado nas trevas. As mulheres do séquito de Jesus choraram amargamente, obtendo pouca consolação da permissão de realizar o compassivo ato de unção do seu corpo. Os discípulos tinham fugido e se aglomeravam em secreto; seus sonhos haviam sido destroçados pelo clamor “Está consumado!”

Por três dias, Deus esteve em silêncio. Então, ele gritou. Com poder catastrófico, Deus rolou a pedra e desencadeou um paroxismo de energia criadora de vida, infundindo-a uma vez mais no corpo inerte de Cristo. O coração de Jesus começou a bater, bombeando sangue glorificado através de artérias glorificadas, mandando vigor glorificado para músculos atrofiados pela morte. As vestes de sepulcro não podiam detê-Lo mais, quando ele se levantou e rompeu a cripta. Em um instante, o mortal se tornou imortal, e a morte foi tragada pela vitória. Em um momento da História, a pergunta de Jó foi respondida de uma vez para sempre: “Morrendo o homem, porventura tornará a viver?” Este é o momento determinante na história da

raça humana, em que a miséria da raça é transformada em grandeza. Nesta altura, a kerygma, a proclamação da Igreja primitiva, nasceu com o clamor: “Ele ressuscitou”.

Podemos ver este acontecimento como um símbolo, uma agradável história de esperança. Podemos reduzi-lo a um moralismo que declara, como o disse um pregador, “O significado da ressurreição é que nós podemos encarar a aurora de cada novo dia com coragem dialética”. Coragem dialética é a variedade inventada por Frederick Nietzsche, o pai do niilismo moderno. Coragem dialética é uma coragem em tensão. A tensão é esta: a vida não tem significado, a morte é insuperável. Temos de ser corajosos, sabendo que até nossa coragem é vazia de significado. Isto é a negação da ressurreição banhada no desespero de uma esperança existencial mutilada.

No entanto, o Novo Testamento proclama a ressurreição como um fato histórico solene. Os primeiros cristãos não estavam interessados em símbolos dialéticos, e sim em realidades concretas. O cristianismo autêntico é bem sucedido ou fracassa com o evento da ressurreição de Jesus no espaço e no tempo. O termo cristão sofre da influência de milhares de qualificações e de miríades de definições diferentes. Um dicionário define um cristão como uma pessoa que é civilizada. Alguém pode certamente ser civilizado sem afirmar a ressurreição, mas não pode ser um cristão no sentido bíblico. A pessoa que afirma ser um cristão, enquanto nega a ressurreição, tem uma língua bifurcada, e devemos nos afastar dela.

A narrativa da ressurreição ofendeu o teste de David Hume de cocientes de probabilidade. Foi relegada por Rudolf Bultmann à mitologia que é desnecessária ao âmago da verdade bíblica. Para Paul Van Buren, o teólogo da morte de Deus, a ressurreição não é ensinada na Bíblia como um acontecimento histórico. Ele a chama de “situação de discernimento” em que os discípulos chegaram repentinamente a “entender” Jesus, “vendo”-o em uma nova luz. A abordagem de Van Buren viola todo o cânon de análise literária do texto bíblico. O fato de que os escritores do Novo Testamento tencionavam declarar que um homem morto retornara à vida está além de disputa literária séria. Alguém pode rejeitar a ideia, mas não o fato de que a ideia foi proclamada.

Mesmo Bultmann admite a realidade histórica da “fé pascal” da Igreja primitiva. Ele reverte a ordem bíblica, por argumentar que foi a fé pascal que causou a proclamação da ressurreição. A Bíblia argumenta que foi a ressurreição que causou a fé pascal. Esta diferença sutil na relação de causalidade é a diferença entre fé e apostasia. Os escritores bíblicos afirmaram ter sido testemunhas oculares do Cristo ressurreto e comprovaram a integridade de sua fé com o seu próprio sangue. A

Igreja antiga estava disposta a morrer por causa da fé; a Igreja moderna a negocia. E isso é evidenciado na relutância de uma denominação importante em reafirmar a ressurreição corporal com base no fato de que ela causa divisão. A fé na ressurreição de Cristo causa realmente divisão, como dividiu os cristãos dos gladiadores e motivou o hostil Nero a iluminar seu jardim com tochas humanas.

A ressurreição de Jesus é radical no sentido original da palavra. Ela toca a radix, a raiz, da fé cristã. Sem ela, o cristianismo se torna apenas mais uma religião criada para estimular nossos sentidos morais com trivialidades da sabedoria humana.

O apóstolo Paulo descreveu com clareza as consequências irrefutáveis de um cristianismo “sem ressurreição”. Se Cristo não ressuscitou, argumentou Paulo, são nos deixados com as seguintes conclusões (I Coríntios 15:13-19):

1. Nossa pregação é fútil.
2. Nossa fé é vã.
3. Damos um testemunho falso a respeito de Deus.
4. Ainda permanecemos em nossos pecados.
5. Nossos queridos que já morreram, pereceram.
6. Somos mais infelizes de todos os homens.

Estas seis consequências revelam acentuadamente a conexão íntima entre a ressurreição e a essência do cristianismo. A ressurreição de Jesus é o sine qua non da fé cristã. Exclua a ressurreição e você exclui o cristianismo.

Os escritores bíblicos não basearam a sua afirmação da ressurreição em sua coerência interna para toda a fé cristã. Ela não é apenas uma dedução lógica extraída de outras doutrinas da fé. Não temos de afirmar a ressurreição porque as alternativas a isso são obscuras. A ressurreição não é afirmada porque a vida não teria esperança ou seria intolerável sem a ressurreição. A afirmação está alicerçada não em especulação, e sim dados empíricos. Eles viram o Cristo ressurreto. Falaram com ele e comeram com ele. Nem Sua morte, nem Sua ressurreição aconteceram em um cantinho, como a alegada recepção de revelação especial de Joseph Smith. A morte de Jesus foi um espetáculo público e um fato de testemunho público. O Cristo ressurreto foi visto por mais de 500 pessoas de uma só vez. A Bíblia apresenta a história sobre este assunto.

A objeção mais forte já levantada contra o relato da ressurreição de Jesus é a mesma objeção levantada contra outros milagres bíblicos, ou seja, a de que este acontecimento é impossível. É irônico o fato de que o Novo Testamento aborda a

questão da ressurreição de Cristo com base exatamente na direção oposta. No discurso de Pedro no Dia de Pentecostes, ele declarou: “Ao qual, porém, Deus ressuscitou, rompendo os grilhões da morte; porquanto não era possível fosse ele retido por ela” (Atos 2:24).

Para esclarecer o princípio afirmado neste versículo, tenho de contentar-me em usar um duplo negativo. Era impossível que Cristo não ressuscitasse. Para que a morte retivesse a Cristo, seria necessário haver a suprema e inconcebível violação das leis da morte. Os homens modernos veem como uma inexorável lei da natureza o fato de que aquilo que morre permanece morto. No entanto, isso é uma lei na natureza caída. No ponto de vista judaico-cristão sobre a natureza, a morte entrou no mundo como julgamento do pecado. O Criador decretou que o pecado era uma ofensa capital. “No dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis 2:17) foi a advertência original. Deus garantiu uma extensão da vida além do dia do pecado, mas não indefinidamente. A sanção original não foi anulada totalmente. A mãe natureza se tornou o supremo executor. Adão foi criado tanto com a possibilidade de morte (posse mori) quanto com a possibilidade de evitá-la (posse non mori). Por meio de sua transgressão, ele perdeu a possibilidade de evitar a morte e incorreu, como julgamento, na impossibilidade de não morrer (non posse non mori).

Jesus não era Adão. Ele era o segundo Adão. Era isento do pecado, tanto o original como o atual. A morte não tinha direito legítimo sobre ele. Jesus foi punido por causa do pecado a ele imputado, mas, uma vez que o preço foi pago e a imputação foi removida de Suas costas, a morte perdeu seu poder. Na morte, uma expiação foi realizada; na ressurreição, a impecabilidade perfeita de Jesus foi vindicada. Ele foi, como dizem as Escrituras, ressuscitado para a nossa justificação, bem como para a nossa vindicação.

Os quocientes de probabilidade de Hume descartam a ressurreição porque ela foi um acontecimento singular. Ele estava certo em um sentido. A ressurreição de Cristo foi um evento sem igual. Embora as Escrituras relatem outras ressurreições, como a de Lázaro, todas elas foram de natureza diferente. Lázaro morreu outra vez. A singularidade da ressurreição de Jesus estava ligada a outro aspecto de sua particularidade. Estava ligada à impecabilidade, uma dimensão da pessoa de Jesus que teria sido ainda mais singular, se singularidade admitisse graus.

Se Deus o Pai permitisse que Jesus fosse mantido para sempre na morte, ele teria violado seu próprio caráter justo. Teria sido uma injustiça, um ato que é supremamente impossível Deus cometer. A surpresa não é que Jesus ressuscitou, e

sim que ele permaneceu no sepulcro por três dias. Talvez tenha sido a condescendência de Deus para com a fraqueza humana de incredulidade que o inclinou a manter Cristo cativo, a garantir que não houvesse dúvida de que ele estava morto e de que a ressurreição não seria entendida erroneamente como uma ressuscitação.

A ressurreição separa Jesus de todos os outros personagens centrais das religiões do mundo. Buda está morto. Maomé está morto. Confúcio está morto. Nenhum deles era sem pecado. Nenhum deles ofereceu expiação. Nenhum deles foi vindicado por ressurreição.

Se hesitarmos com incredulidade diante do fato da ressurreição, faríamos bem se considerássemos a infelicidade daqueles dois que rumavam para Emaús naquele fim de semana. Lucas registra o acontecimento para nós (Lucas 24:13-35). Enquanto os dois se afastavam de Jerusalém, Jesus se ajuntou a eles, incógnito. Quando eles relataram a notícia, dada pelas mulheres, sobre a ressurreição. Cristo os censurou:

‘(...)Ó néscios e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram! Porventura, não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória?’ E, começando por Moisés, discorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras. (Lucas 24:25-27)

Quando os dois tiveram seus olhos abertos e reconheceram a Jesus naquela noite, disseram um para o outro: “Porventura, não nos ardia o coração, quando ele, pelo caminho, nos falava, quando nos expunha as Escrituras?” (Lucas 24:32).

Um cristão não é um cético. Um cristão é uma pessoa que tem um coração ardente, um coração inflamado com a certeza da ressurreição.

A ASCENSÃO DE CRISTO

Minha tese de graduação em teologia, em Amsterdã, provocou uma crise em minha vida cristã. A crise foi iniciada por um estudo técnico da doutrina da ascensão. Como muitos protestantes, eu negligenciara esse tema, considerando-o um pós-escrito não científico quanto à vida de Cristo, não digno de comemoração especial como o Natal e a Páscoa. O acontecimento é descrito somente duas vezes no Novo Testamento. Agora estou convencido de que nenhum evento da vida de Cristo é mais importante do que a ascensão, nem mesmo a crucificação ou a ressurreição. É uma atitude perigosa atribuir valores relativos aos episódios da vida e

do ministério de Cristo. Todavia, se subestimamos a importância da ascensão, navegamos em águas perigosas.

O que poderia ser mais importante do que a cruz? Sem ela, não teríamos expiação, nem redenção. Paulo resolveu pregar a Cristo e ele crucificado. Todavia, sem a ressurreição, ficaríamos com um Salvador morto. A crucificação e a ressurreição andam juntas, cada uma emprestando algo do seu valor a outra. Entretanto, a história não termina com o túmulo vazio. Escrever finis nesta altura significa perder um momento culminante da história de redenção, um momento para o qual tanto o Antigo como o Novo Testamento se movem com determinação inflexível. A ascensão é o clímax da exaltação de Cristo, o auge da história de redenção até este ponto. É o momento significativo da coroação de Cristo como Rei. Sem ela, a ressurreição termina em desapontamento, e o Pentecostes não seria possível.

Minha experiência de crise na Holanda foi provocada por um estudo de uma afirmação obscura dos lábios de Cristo. Em uma ocasião, quando Jesus falou aos seus discípulos sobre a Sua morte iminente, ele disse: “Para onde vou, não me podés seguir agora” (João 13:36) e: “Ainda por um pouco, e o mundo não me verá mais” (João 14:19). Jesus continuou seu discurso, explicando: “Convém-vos que eu vá” (João 16:7). Nesta ocasião, Jesus estava fazendo um valioso julgamento sobre a Sua partida. O propósito de seu comentário era sugerir que Sua ausência era, para os discípulos, melhor do que Sua presença. Isto deve ter forçado o entendimento dos amigos de Jesus aos seus limites máximos. Em primeira análise, é inconcebível que, sob qualquer circunstância, pessoas possam se beneficiar mais da ausência de Jesus do que de Sua presença, exceto para aqueles infelizes que enfrentam o juízo de Jesus e receberiam bem uma ausência temporária dele. O cristão anela pela presença permanente de Cristo. O cristão contemporâneo fica anelante de imaginar como deve ter sido o ver e o estar com o Cristo encarnado, quando ele andou na terra. Milhões de pessoas viajam anualmente até a Palestina apenas para ver onde ele viveu e ministrou. A Igreja falhou certamente em compreender o significado das palavras de Jesus ou tem sido incapaz de crer nelas. Vivemos como se a ascensão não tivesse acontecido.

Os discípulos demoraram a compreender a conveniência da partida de Jesus. Resistiram à determinação de Jesus de ir para Jerusalém e se ofenderam com os seus anúncios de Sua morte vindoura. Entre a ressurreição e a ascensão, um novo entendimento se evidenciou neles, visto que começavam a passar por uma notável mudança de atitude. A culminação da mudança foi evidenciada por sua reação

imediatamente à elevação visível de Jesus ao céu. Eles não exibiram a reação humana normal àquela partida. O relato bíblico diz que os discípulos “voltaram para Jerusalém, tomados de grande júbilo” (Lucas 24:52 – ênfase acrescentada).

Uma partida pode ser uma tristeza agradável, mas a medida normal de agradabilidade é incapaz de tornar a tristeza em alegria. Quando homens partem para a guerra ou marinheiros vão ao mar, há mais lágrimas do que sorrisos no rosto dos amados que ficam para trás. Lembro-me de agarrar com força a mochila de meu pai quando ele saiu para tomar o trem de sua tropa no final de um período de licença durante a Segunda Guerra Mundial. Não houve alegria naquela partida. Lembro-me do final das férias de Natal e do ritual que acontecia no terminal de ônibus Greyhound, durante meus dias de faculdade, quando eu colocava minha noiva em um ônibus para retornar à escola, depois de havermos desfrutado juntos um pequeno intervalo. Eu não retornava alegre para a minha escola.

Para ser exato, os discípulos tiveram de ser estimulados por um anjo para deixar o lugar em que Cristo partiu no monte das Oliveiras. Eles ficaram lá paralisados, saboreando a visão da nuvem de glória que envolveu a Jesus. Estavam enraizados no chão, fascinados pelo panorama de majestade que os cercava. O seu devaneio foi rompido pelas palavras do anjo: “Varões galileus, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu virá do modo como o vistes subir” (Atos 1:11).

Eles voltaram para Jerusalém. Deviam estar extasiados: sorrindo, pulando e cantando em todo o percurso. Lembraram as palavras de Jesus proferidas no cenáculo referentes à promessa de outro Consolador que viria. Estavam felizes de coração, porque entenderam finalmente aonde Jesus fora e por que ele fora para lá.

Antes, Jesus havia dito: “Ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu” (João 3:13). Ele falava de si mesmo. Estas palavras colocaram a ascensão na categoria de um evento singular. Em Sua ascensão, Jesus mostrou novamente que ele pertencia a uma classe exclusiva. Ninguém jamais “subiu” ao céu. O pré-requisito para a ascensão era uma descida anterior. Como o Cristo unigênito encarnado, Jesus era singularmente qualificado para este evento. Outros tinham ido para o céu. Enoque fora “trasladado”, e Elias fora “levado”. Alguém poderia “subir” uma escada (Jesus disse a Natanael que ele veria anjos subindo e descendo sobre o Filho do Homem, e Jacó viu uma escada em seu sonho em Betel) ou alguém poderia “subir” a Jerusalém, movendo-se para uma altura mais elevada acima do nível do mar. O termo podia ser usado figuradamente para se referir à elevação de um rei ao

seu ofício real. Mas ninguém jamais subira “ao céu” no sentido em que Jesus estava falando.

A ascensão de Jesus foi o supremo evento político da história mundial. Ele ascendeu não tanto para um lugar, mas para um ofício. Ele partiu da arena de humilhação e sofrimento para entrar em Sua glória. Em um momento, Jesus saltou do status de mestre galileu desprezado para o de Rei do universo, pulando por cima de Pilatos, Herodes e de todos os outros governantes da terra. A ascensão lançou Jesus à mão direita de Deus, onde ele foi entronizado como Rei dos reis e Senhor dos senhores. Nisto, a “conveniência” política da partida de Jesus se sobressai.

As implicações deste acontecimento para a Igreja são admiráveis. Isso implica que, embora sofremos perseguição e desprezo de estruturas de poder hostis, embora lamentemos sob um estado humilde de uma minoria indesejável, Nosso candidato está assentado no trono de autoridade soberana. O reino de Deus não é um sonho não realizado ou fantasia religiosa. A investidura de nosso Rei é um fato consumado. Seu reino não é místico, nem ilusório. Corresponde a um estado real de atividades. Neste exato momento, o Senhor Deus onipotente reina com seu Filho à Sua direita, no trono de autoridade imperial. Falando com mais exatidão, o reino ainda está por ser consumado – isto é futuro. No entanto, o reino já foi inaugurado. Isso é passado. Ele reina com poder, possuindo toda a autoridade no céu e na terra. Isso é presente. Seu reino é invisível, mas é real. Cabe à Sua Igreja tornar visível o reino invisível de Deus.

A ascensão de Cristo à direita de Deus está ligada inseparavelmente à vinda do Pentecostes. Em certo sentido, antes de Sua ascensão, Jesus não tinha autoridade para enviar o Espírito. Um dos primeiros atos de autoridade que ele exerceu depois de Sua entronização foi revestir Sua igreja de poder do alto. Seus discípulos receberam uma grande comissão, um mandato de penetrar todo o mundo com o testemunho sobre o reino. Eles foram e são testemunhas autênticas de Yahweh. Contudo, nenhuma fronteira deveria ser cruzada, e nenhuma missão, realizada, até que o Espírito descesse. Os discípulos voltaram alegres para Jerusalém, com o propósito de esperar. Esperaram pelo Pentecostes. Quando o novo Rei do cosmos enviou o Espírito Santo, o poder do reino foi desencadeado no mundo.

A elevação de Cristo não foi apenas política, foi também sacerdotal. Ele assumiu não somente o cetro do Rei, mas também as vestes do Sumo Sacerdote. Em Sua ascensão, Jesus entrou no santuário, bem como no palácio. Jesus não somente se assenta à direita de Deus, ele também se ajoelha. Ele entrou no sanctus sanctorum,

no Santo dos Santos, para fazer intercessão diária por seu povo. Somos um povo cujo Rei ora em nosso favor pelo nome.

Você se admira da alegria dos discípulos? Uma vez que eles entenderam onde Jesus estava indo e por que estava indo para lá, a única reação apropriada era celebração. Eles pularam de alegria ao retornarem para Jerusalém. A presença física de Jesus se foi, mas Sua presença espiritual e política foram intensificadas. Suas palavras, “ausente”, consolam Sua noiva: “Eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século” (Mateus 28:20).

SÉRIE PERGUNTAS CRUCIAIS

POR R. C. SPROUL

QUEM É JESUS?

POSSO CRER NA BÍBLIA?

A ORAÇÃO MUDA AS COISAS?

POSSO SABER A VONTADE DE DEUS?

COMO DEVO VIVER NESTE MUNDO?





A Editora Fiel tem como propósito servir a Deus através do serviço ao povo de Deus, a Igreja.

Em nosso site, na internet, disponibilizamos centenas de recursos gratuitos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, livros em áudio, blog e muito mais.

Oferecemos ao nosso leitor materiais que, cremos, serão de grande proveito para sua edificação, instrução e crescimento espiritual.

Assine também nosso informativo e faça parte da comunidade Fiel. Através do informativo, você terá acesso a vários materiais gratuitos e promoções especiais exclusivos para quem faz parte de nossa comunidade.

Visite nosso website

www.editorafiel.com.br

e faça parte da comunidade Fiel